

## XII ENCONTRO NACIONAL

### APRESENTAÇÃO

Estas resoluções do XII Encontro Nacional do nosso PT já eram importantes na vida do partido pelas decisões relativas à disputa presidencial de 2002, envolvendo as diretrizes do programa de governo e a política de alianças.

O brutal assassinato do companheiro Celso Daniel, prefeito de Santo André, um dos principais elaboradores das diretrizes do PAG – e que fora depois nomeado por unanimidade pelo PT para ser seu coordenador –, aumenta nossa responsabilidade de trabalhar e lutar para implantar as decisões tomadas naquele histórico Encontro Nacional, que foi realizado em Recife em homenagem ao Nordeste e a seu povo, ao PT e à esquerda pernambucana por seu espírito de frente. Saudações de abertura do XII ENPT popular e sua bonita história de lutas pela independência, pela democracia e pelo socialismo.

Sua publicação pelo DN é uma homenagem póstuma ao companheiro Celso Daniel e a reafirmação de nosso compromisso democrático, pluralista, e nossa crença na luta pela vida e pela dignidade humana.

Depois de 22 anos de existência, nosso partido adquiriu uma longa experiência programática, política, de governo e social. Celso Daniel foi capaz de expressar no seu texto final das diretrizes, apoiado por outros companheiros e companheiras, essa rica experiência política e social que é o nosso PT, porque foi um dos principais construtores dessa história e era um representante legítimo dela.

A construção destas resoluções foi possível pelo caráter democrático do processo de eleições diretas, as primeiras da história do PT, e pelo debate político amplo e intenso que tivemos no Encontro de Recife, talvez o mais organizado e mais politizado que fizemos até hoje. Graças à contribuição do conjunto da militância e das forças políticas do nosso partido, conseguimos consolidar nas diretrizes o que temos de melhor em formulação programática e em experiência política e de governo, e fomos capazes de, na política de alianças e na avaliação da conjuntura, consolidar uma ampla maioria para unificar o partido para as eleições de 2002.

As resoluções do XII Encontro e a figura de Celso Daniel expressam nosso compromisso e nossa determinação de governar o Brasil e mudar a nossa sociedade, nosso propósito de pôr um fim nas injustiças e na violência que hoje são a sua principal marca.

## I - FHC: CRISE, CORRUPÇÃO E DESGOVERNO

**1.** O governo FHC fracassou. Depois de quase sete anos, FHC e seu condomínio partidário conservador legam ao país estagnação e desnacionalização da economia, aumento da dependência externa, degradação da infra-estrutura, aumento da desigualdade social e elevado nível de desemprego. A participação dos salários no PIB encontra-se no nível mais baixo das últimas décadas. Estamos com cerca de 7,6 milhões (IBGE) de desempregados, 53 milhões de pobres e 23 milhões de indigentes, segundo dados do IPEA. Com o avanço da crise social, aumentam os índices de violência, o crime organizado, a insegurança e desorganização da sociedade. As políticas sociais de FHC, quando existiram, não foram além de medidas paliativas e compensatórias destinadas à propaganda política.

**2.** O governo faliu também moralmente. As denúncias de corrupção foram se acumulando e, para contê-las, o governo transformou a relação com o Legislativo num balcão de negócios. A corrupção no governo FHC tem hoje duas faces: uma, tradicional, que se traduz na apropriação privada e no desvio de recursos públicos; outra, moderna, sofisticada, que transfere para o setor privado ativos públicos subvalorizados, que lança mão de informações privilegiadas para obter ganhos especulativos. A corrupção não é apenas um grave problema ético, mas tomou-se um imenso problema econômico e social. A impunidade criou um ambiente de decomposição política e moral das instituições. FHC exerce um presidencialismo imperial, com agressões seguidas à democracia e à Constituição, tendo emitido mais Medidas Provisórias do que todos os presidentes desde a ditadura militar. A nossa luta pela CPI da corrupção mostrou que só a ampla mobilização popular é capaz de obrigar o Congresso a punir os que praticaram crimes contra o interesse público. O governo FHC está esgotado e nossa principal tarefa é construir um programa democrático e popular de esquerda e uma coalizão de forças capaz de impulsionar nossa vitória nas eleições de 2002.

**3.** Os indicadores de esgotamento do modelo econômico neoliberal estão por toda a parte: estagnação econômica, sucessivos déficits nas nossas contas externas e crescimento da dívida interna. A fragilidade cambial e fiscal continua expondo o país à instabilidade econômica e financeira internacional e serve de pretexto para a implementação de uma política econômica que beneficia o grande capital, especialmente o financeiro.

**4.** A política de desmonte do Estado e a privatização irrestrita, acompanhada pela precariedade das políticas de regulação, apresentam agora seus resultados, como o dramático racionamento de energia.

**5.** Ao recorrer novamente ao FMI, o governo FHC deixou mais uma vez exposta a vulnerabilidade do país. Negociou um acordo que apenas empurra para a frente o agravamento da crise, reforça os termos do ajuste fiscal ditado pelo Fundo, que amarram o investimento produtivo e as políticas sociais, e se compromete a

aprofundar a privatização, levando à venda os poucos instrumentos de política econômica e de desenvolvimento que restam nas mãos do Estado brasileiro: o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o restante do setor energético, a Petrobrás, os fundos de pensão, os correios e o saneamento básico, além de liquidar com o FAT e o FGTS.

**6.** O modelo neoliberal patrocinado por FHC é a versão local de um conjunto de reformas conservadoras internacionais centradas na liberalização comercial e financeira, na desregulamentação econômica, nas privatizações, na quebra de direitos trabalhistas, na guerra fiscal, postas em prática desde meados dos anos 80. Este processo destrói parte das economias domésticas, jogando na pobreza populações inteiras, acentuando os movimentos migratórios, os conflitos étnicos, o racismo e a xenofobia, gerando tensões sociais e políticas nacionais e internacionais.

**7.** Estamos vivendo um momento de aprofundamento da crise do neoliberalismo no Brasil e do seu núcleo político, o PSDB. Isto se dá em um contexto internacional de ampliação do movimento de resistência à globalização neoliberal. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma instabilidade crescente da economia mundial, com uma impressionante sucessão de crises e com o seu encaminhamento para um quadro de recessão internacional, com graves repercussões, sobretudo, para a periferia. O aprofundamento da crise brasileira coincide com este processo internacional porque a característica central dos governos do PSDB foi justamente a de ampliar ao máximo a inserção dependente do país à globalização capitalista. Por isto, a crise atualmente representa muito mais do que o ocaso de um governo. É toda a sua concepção política e econômica neoliberal que está abalada. Este processo vem minando a legitimidade do projeto neoliberal, aqui e no mundo. E ampliando as possibilidades de resistência e de construção de alternativas programáticas que afirmem um outro sentido, um outro destino para o Brasil e para o mundo. As idéias de que o mundo não é uma mercadoria, que um outro mundo e um outro país são possíveis, mostram o grande potencial de transformação que está posto no presente. Como o neoliberalismo tem sido, nas últimas décadas, a ideologia dominante, seu enfraquecimento abre uma oportunidade histórica para a esquerda em todo o mundo, e para o PT em especial, de aprofundar a defesa dos valores do socialismo democrático.

**8.** Esta é a herança deixada pelo governo do PSDB/PFL/PMDB governista e também é o retrato do desafio que o PT terá pela frente. A reconstrução do Brasil depois do vendaval neoliberal exigirá a realização de um amplo movimento nacional capaz de reerguer o país, resgatar sua soberania, implementar um programa de reformas e fortalecer a auto-estima do nosso povo. A grande tarefa das forças de esquerda é a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento que promova a superação do neoliberalismo.

## II - DERROTAR O NEOLIBERALISMO E CONSTRUIR UM NOVO GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

**9.** A blindagem internacional do modelo neoliberal é gerenciada pelas instituições multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a OMC que monitoram a liberalização comercial para garantir as práticas monopolistas das grandes corporações transnacionais e favorecem o capital financeiro.

Os EUA pressionam para implantar a Alca e induzem à dolarização algumas economias da região. A implantação da Alca, como está sendo proposta, pode representar para as economias latino-americanas a desestruturação de parte do seu sistema produtivo e a anulação de sua soberania. A agenda de negociação não inclui mecanismos democráticos de gestão, fundos de compensação para as economias mais frágeis, como foram utilizados na União Européia, garantias para manutenção da capacidade industrial e agrícola, preservação do meio ambiente e do nível de emprego. A assimetria na Alca beneficiará os EUA, que concentram 77% do PIB do hemisfério, possuem enormes vantagens em termos de competitividade sistêmica, organização empresarial, capacidade tecnológica e taxa de juros. Estão sendo negociados concessões comerciais e novos direitos para as empresas transnacionais acima do poder jurídico nacional. O Brasil deve lutar pela abertura dos mercados dos países ricos, preservar sua vocação multilateral de comércio, estimular o fortalecimento do Mercosul em novas bases políticas, institucionais, tecnológicas e culturais.

**10.** Na América Latina, o modelo neoliberal jogou as principais economias em um contexto de recessão e instabilidade, além de agravar a crise social e política. A crise Argentina é hoje o alerta mais próximo, revelou de forma trágica que o cumprimento das medidas impostas pelo FMI levam os países atrasados à bancarrota, e não o contrário, como apregoa o discurso oficial. Melhor exemplo de cumprimento da cartilha do Fundo do que os governos Menem e De la Rúa/Cavallo não há. Ainda assim a Argentina está quebrada e ameaça o Mercosul, como instrumento de desenvolvimento econômico soberano da região. A integração latino-americana é o nosso projeto estratégico para redefinir a correlação de forças no continente. Ela só será possível com um novo governo e uma nova coalizão de forças políticas, que permita novas alianças, inclusive com forças progressistas dos EUA.

**11.** O nosso governo irá liberar estas energias criativas e renovadoras. O país deixará de ser escravo discurso tecnocrático que, visando a preservação do *status quo*, cria falsas dificuldades para enfrentar os problemas da nação. Não que estes sejam simples. Ao contrário, esta década neoliberal agravou-os significativamente. Mas há muitas possibilidades, muito desejo de mudança e participação represado em nossa sociedade por uma ideologia elitista, egoísta e individualista. Ao patrocinar um amplo movimento de reconstrução do país o PT estará promovendo

o florescimento de uma cultura e valores fundamentais para a criação de uma nova sociedade.

**12.** No plano militar, iniciativas como o Plano Colômbia vão demonstrando o absoluto desprezo pelo princípio de autodeterminação dos povos, com um impacto direto sobre a Amazônia que vai sendo desenhada como área de disputa estratégica neste novo século. O novo governo deve dar prioridade ao desenvolvimento sustentável na região que preserve a biodiversidade e assegure a soberania do Brasil sobre a Amazônia.

**13.** É preciso enfrentar a blindagem internacional que sustenta o neoliberalismo globalizado, recuperar valores como a cooperação internacional e afirmar a soberania nacional e a luta contra a desigualdade como os dois valores centrais de nossa política de relações internacionais. Nesse sentido, será decisivo utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e articular partidos, governos e forças políticas que lutam por sua identidade e autonomia. A construção desta política deve valorizar o Fórum Social Mundial e ainda fortalecer o movimento de defesa da Taxa Tobin e pela constituição de um fundo internacional de combate à pobreza, pelo fim dos paraísos fiscais, pela criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais e pelo estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital externo especulativo. A campanha internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres, na qual o Brasil não está incluído, deve ser acompanhada pela perspectiva de auditoria e renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do “Terceiro Mundo” e devem ter destaque na política internacional do novo governo democrático e popular.

**14.** A conjuntura internacional foi profundamente alterada depois dos dramáticos acontecimentos de 11 de setembro último. Os atentados terroristas nos Estados Unidos, condenados pela opinião pública democrática do mundo inteiro, provocaram mudanças substantivas na política externa norte-americana, até então dominada pelo unilateralismo. O ataque terrorista obrigou o governo dos Estados Unidos a ampliar seu leque de alianças, cortejar o mundo árabe e fazer, inclusive, enormes concessões a regimes ditatoriais, como o paquistanês, com os quais estava praticamente rompido. Essa flexibilização diplomática não diminuiu a arrogância do Império, nem sua agressividade. Em nome do combate ao terrorismo, os Estados Unidos cometem atrocidades no Afeganistão e associam-se a bandos de facínoras, como já haviam feito no passado, quando se aliaram ao Taleban e ao próprio Bin Laden para combaterem os soviéticos. Não hesitam em ameaçar outros países, quando afirmam que irão atacar os terroristas “onde eles estejam”. No plano interno, o combate ao terrorismo ensejou uma sucessão de violações dos direitos civis, a instituição de tribunais de exceção, o cerceamento do direito de defesa de “suspeitos” e outras medidas discricionárias, sobretudo contra estrangeiros, que provocam inquietação e repúdio dentro dos próprios Estados Unidos e na opinião pública mundial. O Partido dos Trabalhadores reitera suas posições expressas em sucessivas notas oficiais emitidas desde 11 de setembro contra a guerra e o terrorismo. Os conflitos devem

ser enfrentados pela via diplomática nos organismos internacionais, na perspectiva da tolerância cultural e religiosa, garantia de paz mundial e convivência dos povos. Apelamos à FHC, governos e sociedade civil no sentido de buscar soluções que preservem a paz mundial, os direitos civis e humanos de todos, inclusive do povo afegão pobre, oprimido e vítima de guerras e governos tirânicos nos últimos 20 anos. Condenamos enfaticamente o terrorismo, estamos solidários com as vítimas, mas repudiamos a guerra que tem vitimado a população civil afegã e multiplicado atos de barbárie. É necessário que cessem as ações militares, que haja paz e negociações, e que os responsáveis pelo terrorismo sejam julgados por tribunais internacionais. É necessário que cessem igualmente as ameaças contra outros países.

**15.** Os atentados de 11 de setembro deslocaram temporariamente o centro da luta política. Os Estados Unidos e seus seguidores querem transformar a oposição “terrorismo x democracia” em eixo principal dos embates políticos da conjuntura. O que vinha marcando o período anterior ao ataque terrorista era o crescente repúdio à globalização sob hegemonia neoliberal, como demonstravam as manifestações de Seattle, Washington, Nice, Praga e Gênova, dentre outras, além do grande impacto provocado pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Esses movimentos foram acompanhados de inúmeras manifestações de intelectuais, técnicos e até mesmo governos criticando abertamente a perversa ordem econômica mundial implantada nos últimos 15 anos. Todas essas manifestações expressavam o fracasso das políticas liberais que conduziram o mundo à beira de uma recessão, aumentaram as diferenças entre países ricos e países pobres e aprofundaram as desigualdades sociais em uns e outros. É necessário trazer o debate político e a luta social para seu verdadeiro terreno que é o da denúncia da aventura neoliberal e o da construção de uma nova ordem mundial democrática e justa do ponto de vista econômico e social. A recente reunião da Organização Mundial do Comércio, em Dohá, apesar da propaganda, sobretudo aqui no Brasil, pouco avançou. Não houve o impasse total nem manifestações de rua, como em Seattle, mas os acordos firmados não dão nenhuma garantia na luta contra o protecionismo das grandes potências. As negociações serão muito difíceis à medida que se aprofundem os sinais já evidentes de recessão mundial. O PT reitera seu apoio e compromisso com o movimento antineoliberal e com o Fórum Social Mundial que será realizado em Porto Alegre no ano de 2002.

**16.** O governo Fernando Henrique, compreendendo a importância que as questões internacionais terão no debate político nacional, realizou uma ampla operação de propaganda, na Europa, na ONU e na reunião da OMC. Os discursos de FHC na Assembléia Nacional Francesa e na ONU são peças retóricas que pouco têm a ver com a real política brasileira. O país já se acostumou a ver seu presidente falar “à esquerda” no exterior e continuar realizando sua política de submissão aos interesses internacionais. De nada adianta requestrar uma retórica “terceiro-mundista” lá fora e praticar aqui dentro uma política econômica que aprofunda nossa dependência e vulnerabilidade externa. O debate político e a campanha eleitoral de 2002 serão fortemente dominados por temas internacionais.

### III – AS BASES DE UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA DEMOCRÁTICA E POPULAR

#### VITÓRIA DE 2000 E CRESCIMENTO DO PT

**17.** Foi neste contexto histórico de crise do modelo neoliberal e da necessidade de dar uma resposta de esquerda que o PT deu mais uma contribuição revolucionária à democracia brasileira, ao realizar, pela primeira vez na história partidária do país, eleições diretas para a escolha de todos os dirigentes do partido. O PT reafirma os valores do socialismo democrático, que continua sendo uma possibilidade histórica aberta para a humanidade, um processo a ser construído, e não uma inevitabilidade. Compromisso assumido desde a construção do partido e sacramentado nas resoluções do I e II Congressos. Nas eleições de 2000, o PT obteve a sua mais importante vitória eleitoral. O PT se consolidou como partido nacional, majoritário eleitoralmente nas esquerdas e na oposição. Já no primeiro turno obteve 11.938.753 votos, um crescimento de 51,2% em relação a 1996. Com a vitória em 187 municípios, os prefeitos petistas vão administrar 28,8 milhões de habitantes. O PT elegeu ainda 131 vice-prefeitos e 2.485 vereadores.

**18.** Este crescimento político do PT exige que o partido promova uma ampla formação política e cultural de sua militância, além de medidas de renovação organizativa, modernização estrutural e consolidação da democracia interna. As novas possibilidades e os novos desafios, que incluem também os problemas advindos de nosso crescimento institucional, demandam medidas que garantam o compromisso político-programático da militância, o respeito à democracia interna, o profissionalismo e a eficácia de nossas ações.

**19.** Além das próprias eleições diretas internas, outros passos importantes já foram dados: hoje dispomos de um planejamento orçamentário e transparência financeira; estamos implantando a Carteira Nacional de Filiação que racionalizará e dará maior confiabilidade e agilidade à vida partidária; está em fase final de elaboração o Cadastro-Geral do PT, que permitirá uma relação direta com cada filiado; conseguimos aprovar o novo Estatuto do Partido, reivindicação histórica de nossa militância, para compatibilizar as regras de funcionamento com a vida real do PT hoje. Mas podemos e devemos avançar ainda mais nessa direção, concretizando projetos já existentes que darão um salto de qualidade na construção partidária: a Agência de Notícias, o novo Portal do PT, a Intranet interligando os Diretórios em todo o país, a Organização Microrregional em todo o país, o projeto de História e Memória, o projeto de Formação Política Massiva a Distância, o Sistema de Informação e Documentos dos Governos e mandatos, o programa Vitrine 2002, entre outros. Essa verdadeira revolução organizativa, em parte já realizada, é fundamental para que o partido potencialize a sua ação

política e aproveite, de modo sustentado e duradouro, as amplas oportunidades conjunturais e histórias abertas ao avanço das esquerdas e das forças populares.

## O MOMENTO POLÍTICO ATUAL E O PT

**20.** Vivemos um período de transição entre uma situação de defensiva do governo e da coalizão conservadora que o sustenta para uma situação de equilíbrio entre nós e a direita. Isso em relação à disputa política, uma vez que não ocorre no aspecto eleitoral e todas as pesquisas mostram a posição sólida de Lula e do PT no eleitorado. Como já alertávamos, o governo tem recursos e retaguarda para disputar sua continuidade, agora “sem continuísmo”, como querem os estrategistas do Planalto.

**21.** A nova situação tem sido marcada por crises na base governista e principalmente pelas divisões dentro do PSDB, mas o espaço político também foi ocupado pelas iniciativas das forças governistas; o aparecimento da candidatura Roseana Sarney, qualquer que seja seu destino; a disputa entre Tasso e Serra e a decisão sobre as prévias no PMDB, onde a maioria governista praticamente inviabilizou, utilizando-se de expedientes anti-democráticos, a candidatura do governador Itamar Franco.

**22.** Há uma tentativa pública e intensa de construir um discurso e uma imagem para a candidatura governista, uma grande ofensiva na mídia contra nossas propostas e a liderança de Lula nas pesquisas. O governo e seus partidos assumem retoricamente um discurso próximo do nosso e desencadearam uma ampla operação contra Lula a partir da manipulação de suas declarações sobre agricultura, combate à fome e exportações.

**23.** Como ocorreu durante o debate do programa econômico do Instituto da Cidadania, as propostas de Fome Zero e Segurança Pública também não ficaram sem a reação da direita, que tenta, uma vez que temos propostas desqualificá-las e, para isso, conta com ampla cobertura na mídia. É preciso portanto, destacar que nem sempre respondemos à altura às críticas e aos ataques contra nossas propostas e posições e que necessitamos reocupar o espaço do debate político com iniciativas e propostas programáticas de forma organizada e dirigida pelo DN tentando quebrar o cerco articulado pelas forças governistas na grande imprensa.

**24.** Nossa vitória em 2002 significa uma derrota estratégica do neoliberalismo. É por isso que aumentam os ataques ao PT. As tentativas de desqualificar o debate programático feito no partido, os ataques contra os governos populares de Marta e Olívio, as tentativas infrutíferas de envolver o PT em supostos casos de corrupção,

a volta da velha cantilena de que nossa vitória afugentaria o investimento externo, são um conjunto de ações voltadas a frear o fortalecimento do PT.

**25.** Apesar de não ter ainda assumido publicamente uma política clara de utilização dos atentados de 11 de setembro nos EUA e da nova situação internacional criada com a guerra no Afeganistão desencadeada pelo governo norte-americano, para as eleições presidenciais, há indícios de que setores da coalizão conservadora pretendam utilizar o fato contra o PT, procurando, de maneira absurda e espantosa, nos identificar com a violência, como fez, indireta e subliminarmente, o programa do PFL, numa ação típica de golpismo. O PT é um partido reconhecidamente democrático e reitera sua posição contra a guerra e o terrorismo e por uma política internacional onde os conflitos sejam enfrentados pela diplomacia e organismos multilaterais, na perspectiva da tolerância cultural e religiosa, garantia da paz mundial e convivência pacífica dos povos.

**26.** Mas o centro do ataque do governo à nossa candidatura continua sendo a governabilidade, nossa capacidade de fazer a transição deste modelo econômico neoliberal para um novo e, principalmente, a exploração do preconceito contra Lula, nosso velho conhecido, ainda que todas as pesquisas indiquem que ele é o mais preparado para governar o país, além de sua maior preferência e menor rejeição.

**27.** A direita, de tempos em tempos, testa nossa popularidade e o apoio que temos na sociedade, explorando temas que sustentam Antônio Carlos Magalhães, que se opõe à candidatura Serra, e se esta se viabilizará do ponto de nosso discurso, disputa conosco os temas sociais, nos imputa a defesa do protecionismo europeu e agora pauta a questão da ética a partir dos episódios no Rio Grande do Sul, tentando, inclusive, criar uma pauta nacional de denúncias contra o PT, como foi também nos casos contra nossos governos no Acre e em Sergipe, em que as manobras políticas foram rapidamente desmascaradas. Apesar das graves denúncias contra José Ignácio – tucano (agora ex) – e Jaime Lerner do PFL, o governo, com as renúncias de ACM, Arruda e Jader, procura apagar sua péssima imagem junto à sociedade.

**28.** É fundamental que o partido no RS tome as medidas adequadas para o momento e que, em nível nacional, para além da solidariedade ao Olívio Dutra, nossa militância esteja informada e possa defender nosso governo e nosso projeto para o RS, sem perder de vista o caráter nacional desta questão. Por isso mesmo a Direção Nacional precisa revisar todos os nossos instrumentos de controle interno de finanças, reiterar nossa posição a favor do financiamento público de campanha e redobrar a fiscalização partidária sobre as doações financeiras nas eleições de 2002.

**29.** O governo sabe que somos os principais adversários em 2002 e nos trata como tal, buscando inviabilizar a candidatura Itamar Franco e fustigando de maneira cíclica as candidaturas de Ciro Gomes e Anthony Garotinho.

**30.** O cenário das eleições ainda está indefinido, seja pelas divisões na base governista e pela situação do PMDB, seja pela fragilidade das candidaturas de Ciro Gomes e Garotinho, que procuram chegar a 2002 com um mínimo de apoio nas pesquisas e com alianças e palanques estaduais – o que não parece ser fácil ou mesmo possível, mas o que não significa que retirarão suas candidaturas. Hoje o cenário é de que tendem a manter suas candidaturas e que o PMDB apoiará o candidato governista, faltando decidir quem o será e como se comportará o PFL – o que fazer com a candidatura de Roseana, com vista eleitoral. Com o PMDB apoiando o candidato governista abre-se um disputa pela base oposicionista deste partido e pelo apoio de Itamar Franco, que pode influir decisivamente no resultado das eleições no país e em Minas Gerais.

**31.** Mas não é impossível uma crise ou mesmo a retirada de uma das candidaturas da oposição, o que criaria uma situação nova para o PT, hoje podendo contar com a aliança com o PC do B, abrindo-se a possibilidade de uma aliança, ainda no primeiro turno, hoje descartada pelas candidaturas próprias do PSB e do PPS e pela postura de confronto do PDT.

**32.** Por tudo isso é fundamental a manutenção, reafirmada no PED (Processo de Eleição Direta), de nossa política de alianças, viabilizando a construção dos palanques estaduais, onde procuraremos consolidar com os partidos de oposição alianças regionais que podem e devem viabilizar uma aliança nacional no primeiro e, com certeza, no segundo turno e no governo.

**33.** Futuramente, o partido tem três eventos importantes que devem ser canalizados, sem prejuízo do debate democrático, para a consolidação de nossa alternativa e de nosso projeto político: o XII Encontro Nacional, as prévias de 17 de março e os programas de rádio e TV do primeiro semestre de 2002.

**34.** As prévias deverão ser um momento de debate sobre a candidatura a partir de uma base programática já aprovada no XII Encontro e não podem ser um elemento para dividir ou expor o partido, e sim para mobilizar nossos filiados em torno de uma candidatura que será escolhida pela maioria partidária.

**35.** Os programas de rádio e televisão do primeiro semestre serão realizados com um quadro eleitoral mais definido e também com uma situação política mais clara, inclusive com relação à ofensiva governista contra nós. Nele poderemos, inclusive, dar uma resposta geral ao discurso governista e apresentar já nossa proposta de programa de governo e nosso candidato.

**36.** Continuam sendo prioridade nossos governos nos municípios e estados e a divulgação de suas realizações. Para tanto, o acompanhamento político dos governos e a articulação nos níveis estadual e nacional de nossas administrações deve ser permanente e coordenado pela direção nacional.

**37.** No campo da disputa na sociedade o governo continua procurando impor sua agenda e age com amplo apoio da mídia para sua continuidade. Vários órgãos da imprensa já assumiram claramente este apoio. É evidente a superexposição do candidato da preferência de FHC na mídia, orquestrada inclusive por sucessivas aparições em cadeia nacional de rádio e TV, por determinação do Planalto. Para a direita, o importante é manter a situação sob controle e vender a idéia que em 2002 a situação econômica melhorará – como tentaram fazer no início de 2001, mas a crise energética e a situação internacional inviabilizaram essa tentativa.

**38.** O governo não tem ficado parado, fez uma ampla ofensiva publicitária em tomo de seus chamados “programas sociais”, mantém seu candidato preferencial na mídia e, com a Conferência da OMC em Doha, iniciou um vasto movimento para tentar mudar sua imagem em relação a sua política externa. A recente viagem do presidente ao exterior foi um movimento claro nesta estratégia e representou um apoio explícito da chamada comunidade internacional à continuidade do atual modelo econômico. Trata-se de transformar FHC num grande eleitor em 2002.

**39.** O governo retomou a iniciativa no Congresso Nacional dificultando a correção da tabela do Imposto de Renda e apresentando propostas que degradam os direitos trabalhistas e, não nos iludamos, irá tentar fazer a reforma do sistema financeiro, com a independência do Banco Central. Não vacilou em retaliar, por meio de medida provisória, a vitoriosa greve dos servidores públicos da saúde, as greves da Previdência e das universidades e o próprio Judiciário, o que demonstra que permanece no governo a continuidade da estratégia neoliberal e a perspectiva de blindagem do modelo econômico, apesar da mudança de discurso político, em especial de seus potenciais candidatos.

**40.** Isto significa que, apesar de seu desgaste político, de sua impopularidade, das divisões em sua base e da grave situação econômica do país, o governo não tem vacilado em se impor e não parece disposto a ceder, não hesitando, inclusive, em continuar o ajuste fiscal e os cortes orçamentários e em tomar decisões políticas como as de eleger Rames Tebet para a presidência do Senado e indicar Ney Suassuna para o Ministério do Interior, desde que o PMDB apóie seu candidato.

**41.** Na sociedade o agravamento da crise, as perdas salariais e o aumento do desemprego exigem uma resposta dos movimentos dos trabalhadores, e lutas importantes estão ocorrendo. No funcionalismo público federal – saúde e previdenciários, universidades federais e Judiciário –, o arrocho salarial prolongado provocou a reação organizada dos servidores e o governo demonstrou sua incapacidade e intransigência com ataques inéditos ao direito de greve, além de um desrespeito aberto às decisões judiciais. No setor privado, a recente mobilização dos metalúrgicos, que reverteram as demissões na Volks, revelam o impacto que a recessão terá sobre o emprego. A ofensiva do governo para degradar direitos trabalhistas atacando conquistas históricas da CLT exige uma ampla e imediata mobilização sindical que fortaleça a atuação da bancada federal do PT e da oposição.

**42.** Fica evidente a necessidade de uma maior articulação das oposições no Congresso Nacional e de se criar uma agenda de mobilização nacional para unificar as diferentes lutas sociais e políticas em 2002, ano que começará com o Fórum Social Mundial reunindo-se em Porto Alegre, ponto de partida e de continuidade de um amplo movimento mundial anti-neoliberal com o qual estamos comprometidos.

**43.** Somente assim poderemos retomar a iniciativa política e, com base no vasto apoio popular que temos, fazer da disputa eleitoral um momento de consolidação de uma maioria para sustentar um novo governo no país.

**44.** O partido tem que ter a consciência de que a disputa eleitoral de 2002 será entre dois projetos políticos para o Brasil e que nossa vitória dependerá da capacidade de enfrentarmos sem trégua o governo FHC e sua política econômica. A elite política e empresarial brasileira comprometida com o neoliberalismo não vacilará em apelar a todos os recursos e instrumentos para impedir nossa vitória. Por isso mesmo temos que mobilizar o país, enfrentar o debate político programático, unificar o partido e não abandonar nossa política de alianças. O PT é hoje o grande depositário das expectativas da população. O partido tem a responsabilidade de criar as condições de derrotar FHC e construir um novo governo, porque é este o apelo popular contido no resultado das urnas em 2000, nas Marchas dos Cem Mil e Contra o Apagão e a Corrupção, no Plebiscito Nacional da Dívida Externa, nas manifestações dos “Outros Quinhentos” na Bahia, na luta articulada pelo Fórum Nacional de Lutas, nas lutas da CUT, da Contag, do MST, da UNE, da CMP.

**45.** Como no segundo semestre de 2001, no primeiro de 2002 estaremos ainda envolvidos na construção do nosso programa e nas prévias. Portanto, a nova direção nacional e as novas lideranças na Câmara e no Senado terão o desafio de evitar o internismo, aproveitando estes eventos para reforçar a mobilização popular, nossa oposição a FHC e a construção de nossa alternativa de governo.

## AS ELEIÇÕES DE 2002 E A POLÍTICA DE ALIANÇAS DO PT

**46.** Faltando pouco menos de um ano para as eleições gerais de 2002, o quadro sucessório permanece ainda indefinido. Não está claro o espectro das candidaturas de oposição, que contam hoje com a maioria da preferência dos eleitores consultados nas pesquisas. Não está definida, tampouco, a candidatura governamental, nem mesmo se as forças que sustentam FHC terão um só candidato. Apesar da fragilidade dos nomes do PSDB nas pesquisas e do crescimento de Roseana Sarney, cuja candidatura ameaça o equilíbrio interno da aliança governista, é muito provável que tenhamos um candidato único do governo no segundo turno das eleições presidenciais e que esse nome seja o de um tucano. A possível presença de um candidato governista no segundo turno, a despeito do desgaste atual de Fernando Henrique e da fragilidade do PSDB nas pesquisas, é previsível em função do peso que terá na eleição o poder econômico, além do apoio que o candidato do governo poderá obter dos meios empresariais,

da mídia, da máquina governamental, sem falar da pressão internacional, que deverá aumentar à medida que a eleição se aproxime.

**47.** A política de alianças deve orientar-se pelo respeito a um programa de governo anti-neoliberal capaz de propor a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento para o país, que defenda uma mudança do modelo econômico assentada em um amplo programa de inclusão social, com radicalização da democracia e inserção soberana do Brasil no mundo. Ela deve articular forças políticas nacionais e estaduais que não necessariamente estarão juntas no primeiro turno. Terá enorme importância a eleição para a Câmara e para o Senado, na medida em que as esquerdas no governo necessitarão aumentar substantivamente sua atual representação parlamentar, que está nitidamente abaixo de seu potencial eleitoral. Ou seja, devemos construir alianças para o primeiro turno com os partidos de esquerda e com as forças que se opõem ao governo FHC, à coalizão conservadora que o sustenta e ao modelo neoliberal.

**48.** Diferentemente do que ocorreu em 1998, quando foi possível formar uma ampla frente com o PCdoB, PDT, PSB e PCB, a tendência atual é de que se produza, a despeito de nossa vontade, uma retração no espectro de alianças do PT. O PSB ensaia a candidatura Garotinho, ainda que a mesma enfrente problemas de sustentação nos estados e nas pesquisas, além dos problemas no governo do Rio de Janeiro. O PDT, atualmente em rota de colisão com o Partido dos Trabalhadores, deverá apoiar no primeiro turno Itamar ou outro nome de oposição. Dentre seus parlamentares há muitos que defendem aliança com o PT no primeiro turno. Participamos juntos em vários governos municipais, em dois governos estaduais, MS e Acre, atuamos em bloco no Senado e em comum na Câmara dos Deputados, e estamos construindo coligações em vários estados. O PPS manterá a candidatura Ciro Gomes, apesar das dificuldades que esse nome vem enfrentando nas pesquisas.

**49.** A disputa de 2002 já começou. Nosso maior desafio é construir uma candidatura e um programa de governo que possam viabilizar um novo governo para o Brasil, com uma nova maioria parlamentar, que sustente as grandes mudanças históricas. Nosso objetivo deve ser o de construir uma aliança ampla, com forças políticas de esquerda e de centro que estejam em oposição ao governo FHC e às políticas neoliberais e que concordem com um programa alternativo, capaz de superar os impasses políticos, econômicos e sociais com os quais o país se defronta. Esse programa deve ser objeto de um amplo e mobilizador debate. Nossa candidatura deve expressar a trajetória do PT nesses anos, traduzindo a oposição parlamentar e social que fizemos em propostas alternativas que possam liderar um amplo movimento por uma nova política, agregando todos os que desejam resgatar o sentimento de soberania nacional e por uma economia solidária e eficiente. É preciso reforçar o diálogo com essas forças de oposição a FHC, buscando uma ampla aliança no primeiro turno das eleições presidenciais. Papel destacado exercerão nossas alianças estaduais, não somente para elegermos um número significativo de governadores, deputados e

senadores, como também para viabilizar novos apoios no segundo turno das eleições presidenciais.

**50.** A definição de alianças deve ser objeto de discussão e definição no DN no momento apropriado, e tendo em vista a própria dinâmica das negociações com vistas às eleições de 2002.

**51.** A constituição de uma base eleitoral mais ampla ainda no primeiro turno dependerá de nossa capacidade de atrair nacionalmente todos os partidos (ou segmentos deles) capazes de defender um programa democrático-popular e de estabelecer alianças regionais sólidas para bater as forças de direita. Ao mesmo tempo, e junto com essa mobilização de partidos e segmentos de partidos, é fundamental realizar uma ampla mobilização social no país capaz de dar respaldo a um programa alternativo ao das forças que atualmente governam o Brasil. Isso exige flexibilidade, abandono de práticas sectárias e, sobretudo, vocação hegemônica. O Partido dos Trabalhadores tem de estar consciente de que o que está em jogo é a criação de um novo bloco de forças sociais e políticas capaz de ganhar as eleições, governar o país e iniciar um programa de reformas que mudará a face do Brasil e terá enorme repercussão internacional, particularmente na América Latina.

**52.** O embate de 2002 deve ser pensado e planejado em uma tríplice perspectiva. Em primeiro lugar, temos de garantir a presença de nosso candidato no segundo turno, preferentemente em primeiro lugar. Em segundo lugar, é necessário agrupar no segundo turno todas as forças do campo democrático-popular e todos aqueles que se opõem, ainda que por distintas razões, ao projeto neoliberal que assola o país nos últimos oito anos. Para que tal objetivo seja alcançado, há que se observar, desde o primeiro turno, uma política de fustigar as forças de direita, que não se perca em enfrentamentos secundários com setores dos quais possamos vir a necessitar no segundo turno. Em terceiro lugar, e vencidos esse dois desafios fundamentais dos primeiro e segundo turnos, será necessário construir uma ampla base social e política que permita executar o programa de transformações defendido nas eleições. Trata-se de garantir, junto com a governabilidade, o cumprimento do programa. Não podemos permitir a repetição da degradingolada do governo De la Rúa, nem a desestabilização de um governo de esquerda, que inviabilize a realização da vontade popular. Os objetivos programáticos só podem cumprir-se com intensa mobilização social.

**53.** A definição da política nacional de alianças tem seus pressupostos estabelecidos pelo II Congresso do partido. Os Encontros Estaduais devem, a partir das políticas atuais do PT, decidir as alianças regionais e não procurar estabelecer de antemão, e sem uma visão abrangente e atualizada do quadro eleitoral, qual será a política de alianças nacional. Esta será construída em função do Programa de Governo que o PT definir, primeiro nas diretrizes gerais estabelecidas pelo Encontro Nacional e, posteriormente, quando as instâncias competentes definirem o texto final do PAG.

**54.** O pressuposto das alianças é a nitidez programática das forças que nos sustentarão no primeiro e segundo turnos e, posteriormente, no poder. O discurso atual do governo (vide o pronunciamento de FHC em Paris) procura apresentá-lo de forma totalmente distinta do que ele é. Busca disseminar a idéia de um futuro governo que garanta a “continuidade sem continuísmo”. FHC parece pedir, como bem observou um companheiro petista, que não só esqueçam o que ele escreveu, mas também o que ele fez. O governo afirma que, alcançada a estabilidade (o que é falso), chegou a hora do desenvolvimento e da justiça social. Ocultam que foi a forma pela qual combateram a inflação que inviabilizou o desenvolvimento e a justiça social. Não faltam nos discursos de potenciais candidatos do governo referências à necessidade de “responsabilidade cambial” (Serra), ao fim do Consenso de Washington (Tasso) ou à suposta criação de uma rede de proteção social no país (FHC. Querem dizer que todos os candidatos convergem para um mesmo programa e que há que se escolher o “mais capaz” para executá-lo. Tratarão cada vez mais de explorar a difícil situação mundial (como fizeram nas recentes eleições da Nicarágua) para defender um “governo equilibrado e sério”, buscando estigmatizar a oposição como incapaz e “desequilibrada”. Esse quadro prefigura uma eleição difícil que exigirá firmeza e equilíbrio, amplitude de alianças e defesa de um programa consistente de transformações, audácia e prudência para evitar os muitos obstáculos que serão colocados diante de nós. O PT não pode dar-se ao luxo de desperdiçar uma oportunidade histórica de ganhar as eleições de 2002 e iniciar a grande transformação do país.

#### **A RUPTURA NECESSÁRIA**

**55.** O programa democrático e popular de esquerda deve articular três eixos estruturantes: o social, o democrático e o nacional. Este programa, que será construído no processo de discussão que se inicia, deverá estar orientado para promover uma inserção internacional soberana do Brasil, para que este cresça de forma sustentada, do ponto de vista econômico e ambiental, no sentido de superar a exclusão social. Para desencadear esta ofensiva reformadora será necessária uma nova correlação de forças na sociedade, de modo a que as esquerdas cheguem ao governo e enfrentem com êxito o problema da governabilidade e do poder. A articulação da luta popular e institucional é decisiva neste novo período histórico.

**56.** A ruptura com o modelo neoliberal envolve mudanças estruturais no país. Uma parte dessas mudanças visa desmontar as armadilhas deixadas pelo modelo neoliberal e também pelo modelo de desenvolvimento implementado na época da ditadura militar. Outra parte das mudanças estruturais visa constituir um novo modelo econômico e social. Nosso programa deve apontar com clareza tais mudanças; e nossa campanha deve buscar um mandato popular para realizá-las. Mas será a correlação de forças concreta, que emergirá das eleições de 2002, que determinará o ritmo e o cronograma de implementação das mudanças. É preciso

impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massas, que promova a inclusão de 53 milhões de brasileiros pobres, e universalizar as políticas sociais básicas. O Brasil precisa resolver de vez o drama histórico da concentração de renda e riqueza. Para que este objetivo seja alcançado, a estrutura produtiva deve ser mudada, assegurando ao Estado a capacidade de dispor de parcela do excedente econômico para que possa financiar políticas sociais e de desenvolvimento. A centralidade do social exigirá a democratização da propriedade, com uma profunda reforma urbana que garanta habitação e acesso aos serviços públicos e uma ampla reforma agrária e apoio à agricultura familiar. No campo, o fim da violência e da impunidade do latifúndio é compromisso do novo governo.

**57.** A reforma tributária, além dos objetivos de eliminar os impostos cumulativos, simplificar os tributos e desonerar a produção, deve promover justiça fiscal fortalecendo os impostos progressivos, taxando as grandes fortunas e as grandes heranças. O combate à sonegação e evasão fiscal pode ser fortalecido com a possibilidade de quebra do sigilo bancário e acesso aos dados da CPMF.

**58.** As políticas de inclusão social exigem também a recuperação do salário mínimo de forma progressiva e sustentável; tolerância zero com a fome mediante a ampliação da produção e distribuição de alimentos; prioridade à educação pública, com ênfase na universalização e na qualidade, fomento ao conhecimento e ao ensino profissionalizante através de programas de bolsa-escola associados ao atendimento integral das crianças pobres e implantação de programas de renda mínima. As universidades públicas devem ter um papel destacado como pólos culturais e tecnológicos, auxiliando a sociedade na busca de soluções para os problemas culturais, sociais e econômicos.

**59.** A nossa política social de enfatizar ainda a implantação universal do sistema único de saúde, com destaque à medicina preventiva, fortalecimento de programas como médico de família e garantia de acesso aos remédios e ao atendimento hospitalar como um direito humano elementar; uma política nacional de segurança pública, priorizando a segurança do cidadão como um direito – com planejamentos, metas, estratégias definidas, investimentos em qualificação de pessoal e polícia científica – em parceria com os governos estaduais e municípios, incluindo a integração do sistema policial e uma completa revisão do código penal e do sistema prisional.

**60.** O novo modelo de desenvolvimento deve ter na sustentabilidade um valor essencial, estruturado sobre três eixos: a questão ambiental, a regionalização das políticas de governo, com vistas a superar as desigualdades e reconstituir em novas bases o pacto federativo e a inclusão social, com direitos humanos e a promoção da solidariedade e da cidadania.

**61.** Voltar a crescer sustentadamente é uma exigência e uma possibilidade histórica para o Brasil, centrando o dinamismo no mercado interno e na expansão do consumo de massas, sem abrir mão das perspectivas e das necessidades de exportação. O crescimento da economia é uma condição necessária para

enfrentar a questão do desemprego e da precarização das relações de trabalho, mas insuficiente, e deve estar acompanhado de políticas de emprego e redistribuição de renda e riqueza. O Estado deve desempenhar um novo papel regulador com programas de fomento para micro, pequenas e médias empresas; de requalificação da mão-de-obra; de adensamento e estruturação de cadeias produtivas estimulando a substituição de importações. Numa economia internacionalizada, o Estado passa a cumprir um papel decisivo na articulação e inserção dos setores dinâmicos da produção no contexto dos mercados globais. O Estado deve também apoiar, orientar e financiar projetos de produção cooperativa, tanto no campo quanto na cidade, incentivando as variadas formas de economia solidária.

**62.** O novo modelo implicará a necessidade de produzir formas de coordenação pública e privada. A mediação, a regulação e a indução do Estado na economia são fatores decisivos na definição de suas novas atribuições. O Estado também desempenhará um papel estratégico nas atividades de infra-estrutura, financiamento, ciência e tecnologia. Em segmentos como petróleo, energia, transporte, saneamento, bancos, onde a presença de empresas públicas ainda é relevante, ela deverá ser preservada, consolidada e ampliada, em novas áreas, como na pesquisa em biotecnologia e em engenharia genética. O programa de privatizações deve ser suspenso e reavaliado, auditadas as operações já realizadas especialmente onde existem indícios de má utilização de recursos públicos ou negligência na preservação de interesses estratégicos nacionais. Sem marco regulatório eficaz, muitas privatizações foram apenas bons negócios para os investidores, mas debilitaram a infra-estrutura, encareceram e dificultaram o acesso da população aos serviços públicos, quando não comprometem o próprio crescimento como no caso da energia. No setor energético poderá ocorrer a revisão de privatizações para que seja resgatado o planejamento estratégico e gestão integrada do sistema.

**63.** O êxito desse novo modelo de desenvolvimento dependerá do dinamismo do investimento. O Estado deverá mobilizar os instrumentos disponíveis para ampliar seu papel de coordenador e indutor dos investimentos, orientando funções das empresas multinacionais, das privadas nacionais, das empresas estatais e do gasto público nas metas a serem alcançadas. Ao investimento estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário. A reconstrução de um sistema de financiamento do desenvolvimento se apoiará nos princípios:

a) o fortalecimento do Banco do Brasil, como grande banco nacional federal, combinando seu papel comercial e de fomento com a necessidade de indutor do mercado financeiro;

b) o fortalecimento e reorientação das instituições de crédito (BNDES, CEF etc.);

c) o apoio ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito, mediante legislação de sustento e articulação com os bancos oficiais federais;

d) a ampliação do direcionamento específico de crédito (agricultura, habitação e saneamento, tecnologia, pequenas empresas etc.);

e) a ampliação da poupança interna de médio e longo prazos, mediante a constituição de previdência pública complementar e legislação positiva para a previdência privada sem fins lucrativos (fundos de pensão) e fortalecimento dos fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS/PASEP, FAT), através inclusive da ampliação da formalização do emprego;

f) A redução da vulnerabilidade externa possui duas dimensões distintas, a financeira e a comercial. De um lado é necessário reduzir a dependência do país dos fluxos de capitais externos, sobretudo os de natureza especulativa. De outro, é preciso diminuir de forma rápida e continuada o déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos, através da obtenção de saldos comerciais crescentes e melhoras nas contas de serviço. Para isso será necessário reorientar o investimento direto estrangeiro no marco de uma política de seletividade que favoreça o aumento das exportações, a substituição de importações, a expansão e integração de nossa indústria de bens de capital e o fortalecimento de nossa capacidade endógena de desenvolvimento tecnológico. Papel fundamental terá uma política externa de defesa comercial ativa.

**64.** Com relação à dívida externa, hoje predominantemente privada, será necessário denunciar o acordo com o FMI para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento e à defesa comercial do país, estabelecer mecanismos transparentes de controle sobre a entrada e saída de capital, estimular a reinvenção do investimento direto estrangeiro através da taxação das remessas de lucros e dividendos e bloquear as tentativas de re-estatização da dívida externa, reduzindo a emissão de títulos da dívida interna indexados ao dólar. O Brasil deve ter uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública.

**65.** Para o novo modelo, a política fiscal deve significar, antes de tudo, a preservação da solvência do Estado, através de uma estratégia para a política de juros internos que reduza sensivelmente o comprometimento do orçamento, superando a política de crescentes superávites primários, garantindo assim a ampliação de políticas públicas sociais e econômicas. A redução da fragilidade externa promoverá uma redução das taxas de juros doméstica, diminuindo a pressão sobre o crescimento da dívida e reduzindo a imprevisibilidade da sua trajetória. No mesmo sentido operará o aumento do seu componente prefixado, dentro de uma estratégia global de alongamento negociado com o mercado do seu perfil. Igualmente importante é viabilizar a redução dos abusivos juros

praticados pelos bancos no crédito aos consumidores e às empresas, buscando ampliar a disponibilidade de crédito dos atuais 28% do PIB para patamares internacionais.

**66.** A proposta de autonomia operacional do Banco Central, com mandato diferenciado do presidente da República, é incompatível com a Constituição Federal, retirando, na prática, competências próprias do chefe do Executivo e comprometendo a execução do programa econômico de um novo governo. A manutenção da estabilidade inflacionária, num contexto de crescimento com distribuição de renda e redução dos desequilíbrios externos, é tarefa complexa, que requererá uma articulação governamental com outras esferas privadas da economia e da sociedade.

#### **IV – A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS E A REFORMA POLÍTICA**

**67.** O Programa do PT parte do princípio de que a construção da democracia política no Brasil deve conjugar-se com o aprofundamento da democracia econômica e social. A democracia política tem três prioridades básicas: os Direitos Humanos e a cidadania, a reforma das instituições e da representação política e o controle democrático do Estado pela sociedade. Essas prioridades articulam o combate aos preconceitos relacionados com raça, gênero, orientação sexual, condição física ou mental; o combate a todas as formas de violência que ameaçam de forma crescente a sociedade brasileira, especialmente as que atingem as mulheres, no lar ou fora dele, e contra as crianças e adolescentes.

**68.** O Brasil é a segunda nação de população negra no mundo e as estatísticas revelam que os negros são particularmente atingidos por inúmeras formas de discriminação econômica e social e pela violência. Caberá ao Estado romper o silêncio das instituições e constituir mecanismos de ação afirmativa que deverão ser utilizados complementarmente às grandes ações de reformas de combate à discriminação. Caberá ao Estado assegurar igualdade de condições e de tratamento que beneficiem os grupos sociais mais atingidos pela discriminação, como as mulheres, os negros, os portadores de deficiência, os índios, os homossexuais, sempre dentro da perspectiva de resgate da dignidade e da igualdade de direitos. O estímulo à organização autônoma e participação política dos segmentos oprimidos e explorados é parte decisiva de nosso compromisso estratégico com os Direitos Humanos e a democracia.

**69.** O Brasil precisa de uma ampla e profunda reforma política e institucional com vistas a democratizar o poder e conferir eficácia e governabilidade ao sistema político. O presidencialismo brasileiro vem marcado por um viés centralizador e autoritário. O sistema se caracteriza também por um presidencialismo de coalizão, implicando que o presidente precisa recontratar a cada momento os termos do apoio de sua base parlamentar. Decorrem disto elevados custos econômicos e

políticos. O pacto federativo, outro elemento da centralização político-administrativa, está vivendo uma profunda crise, agravada agora com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, apesar de aspectos necessários à disciplina fiscal na administração pública, tolhe elementos importantes da autonomia dos entes federados e engessa os investimentos em políticas sociais. No rol de ajuste fiscal orientado pelo FMI, degrada-se a situação social e promove-se um rebaixamento civilizatório, principalmente nas grandes cidades.

**70.** Os principais pontos de uma reforma política democratizadora são os seguintes: adoção do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, a fidelidade partidária, redefinição da representação dos estados na Câmara Federal, o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns, a limitação da edição de MPs, um novo pacto federativo com o fim da guerra fiscal, reforma e controle externo do Poder Judiciário. A democratização dos meios de comunicação, com a implementação imediata do Conselho de Comunicação Social previsto na Constituição, a participação dos consumidores nas agências de regulação e sua completa reformulação são uma exigência que visa universalizar serviços e garantir sua acessibilidade e qualidade. Estas são as preliminares de um programa para um novo governo e para uma nova maioria política e social realizar as mudanças que o Brasil precisa, na convicção de que um outro Brasil é possível.

## DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

### A RUPTURA NECESSÁRIA

**1.** A implementação de nosso programa de governo para o Brasil, de caráter democrático e popular, representará uma ruptura com o atual modelo econômico, fundado na abertura e na desregulação radicais da economia nacional e na conseqüente subordinação de sua dinâmica aos interesses e humores do capital financeiro globalizado. Trata-se, pois, de *propor para o Brasil* um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo. Será preciso *ousar*, rompendo com o conformismo fatalista pretensamente pragmático que sonega direitos básicos da população e resgatando os valores éticos que inspiraram e inspiram as lutas históricas pela justiça social e pela liberdade. Será necessário, de igual modo, avaliar com objetividade as restrições e potencialidades do atual quadro sócio-político e econômico do país, para evitar um voluntarismo que poderia frustrar a proposta de transformação da economia e da sociedade brasileiras.

**2.** As profundas desigualdades econômicas, sociais e políticas, a situação periférica de nosso país no contexto internacional deitam raízes no passado escravista e colonial. O período desenvolvimentista, iniciado nos anos 1930, colocou na agenda o tema de um projeto nacional. Na prática, o modelo nacional

desenvolvimentista propiciou altas taxas de crescimento econômico, a montagem de uma relevante estrutura industrial e a integração de um mercado interno de porte considerável. Simultaneamente, tal modelo acarretou o aumento da concentração de renda, da terra e da riqueza em geral, e uma acelerada degradação ambiental, além da consolidação, sob novas modalidades, da posição estratégica do capital estrangeiro na economia brasileira, o aprofundamento das disparidades regionais e longos períodos autoritários.

**3.** Ocorreram, por outro lado, recomposições nas relações de poder e dinheiro, mas nunca rupturas efetivas, com a acomodação e a permanência de todos os setores dominantes, fossem “atrasados” ou “modernos”. Nesse sentido, o Estado brasileiro, com base em uma presença marcante na vida econômica e social, ousou arbitrar perdas para ao menos uma parte dos interesses dominantes. Diante de impasses econômicos, o Estado, aproveitando conjunturas internacionais favoráveis, comandava processos de “fuga para a frente”, reiterando ou aprofundando a dependência externa (tecnológica e, sobretudo, financeira). Com a emergência da crise da dívida externa, no quadro da globalização financeira e da nova revolução tecnológica, selou-se o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista, caracterizado pelo binômio dependência e desenvolvimento.

**4.** Após a primeira “década perdida” (os anos 1980), e ante os avanços das lutas sociais no contexto da redemocratização, a década de 1990 se inicia com uma reação conservadora de inspiração neoliberal. O ideal do mercado auto-regulador, que tende a submeter a natureza e a vida das pessoas à lógica do mercado, induz à proposta do Estado mínimo. Mas isto não levou à restrição da ação do Estado na economia, e sim à mudança substancial de seu caráter, concentrando-se fundamentalmente em dois aspectos: a criação de espaços de expansão e lucratividade para as atividades privadas e a preservação das condições de reprodução do capital financeiro globalizado.

**5.** Tal concepção teve diversas implicações: deslocou para o plano privado decisões e funções de natureza pública, transformou serviços públicos de caráter universal em mercadorias, levou à desregulamentação de atividades essenciais de infra-estrutura, reduziu o horizonte das preocupações econômicas aos aspectos fiscais e monetários de curto prazo, ignorando os problemas estruturais da economia e deixando apenas para o mercado (como se este fosse capaz de fazê-lo) os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico. Em particular, o ideário neoliberal produziu um enorme descaso pelo social, agravando o nível de concentração de renda e ampliando a exclusão social.

**6.** O programa de privatizações, concebido à margem de uma visão estratégica de desenvolvimento nacional, sem um marco regulatório adequado, e ante a fragilização do Estado, debilitou a infra-estrutura, comprometendo a competitividade sistêmica e o potencial de crescimento da economia. Provocou também uma elevação nos preços relativos de bens públicos importantes, como

energia elétrica, telefonia e transporte. Em razão do encarecimento, esses bens passaram a pesar mais na renda de amplas camadas da população, especialmente a mais pobre. De mais a mais, se o problema alegado pelo governo era o de escassez de recursos, ele fez uma escolha privatizando os ativos existentes, ao invés dos novos investimentos. Em suma, as privatizações foram um grande negócio, patrocinado pelo governo federal, de transferência de um patrimônio público construído pelo Brasil durante décadas para grupos privados nacionais e estrangeiros: na ausência de uma visão estratégica, perdemos o controle sobre insumos básicos da economia e, com isso, perdemos também competitividade.

**7.** Uma das principais conseqüências dessas políticas foi a desestruturação do Estado brasileiro e a limitação de sua autonomia na formulação e gestão da política econômica. Isso se deu por meio de dois vetores: a deterioração de sua base financeira e de sua capacidade operacional e de investimento, resultante dos efeitos das políticas de abertura e desregulamentação radicais da economia; e o esvaziamento de suas funções de apoio e orientação do desenvolvimento, decorrente da supervalorização do papel do mercado na direção e regulação da economia.

**8.** A dependência de capitais externos e a manutenção de uma taxa de juros extremamente elevada, resultantes daquelas políticas, tiveram impactos destrutivos sobre as finanças públicas, produzindo um volumoso endividamento do Estado e transformando os juros no principal vetor do déficit público (embora a carga tributária tenha se expandido bastante no período). As políticas de ajuste adotadas devido aos acordos com o FMI, em vez de eliminarem a propensão ao endividamento, levaram a priorizar o pagamento dos encargos financeiros da dívida pública, com o sacrifício dos investimentos em infra-estrutura, em ciência e tecnologia, e dos gastos sociais do Estado.

**9.** Uma característica central do modelo implantado nos anos 1990 diz respeito à dependência e à vulnerabilidade externas da economia brasileira. As políticas de abertura comercial e financeira sem reciprocidades, iniciadas pela administração Collor e radicalizadas pelo governo FHC, cujos efeitos foram amplificados pela sobrevalorização da taxa de câmbio no período de 1994/1998, agravaram extraordinariamente a crônica dependência da economia brasileira ao capital estrangeiro. Por um lado, destruíram o saldo comercial, elevaram o coeficiente de importações da economia e expandiram gastos com serviços não financeiros, principalmente turismo e fretes; por outro, aumentaram o passivo externo – devido à expansão do endividamento externo privado e do crescimento do estoque de capital estrangeiro – e seus encargos financeiros, sem gerarem, em contrapartida, efeitos relevantes em termos de aumento da capacidade produtiva e de exportação do país. Esta abertura também contribuiu para a destruição e desnacionalização de uma parte significativa do nosso parque industrial privado, especialmente no setor de bens intermediários.

**10.** Nesse contexto, a estabilidade de preços – única prioridade do atual modelo econômico – foi alcançada com o sacrifício de outros objetivos relevantes, como o crescimento econômico, o nível de emprego, a solidez das finanças públicas e das contas externas. Optou-se, uma vez mais, por uma “fuga para a frente”, aproveitando-se de uma conjuntura internacional vinculada à abundante oferta de capital financeiro, sobretudo especulativo. Em contraste (desvantajoso) com o período desenvolvimentista, o país experimentou uma segunda “década perdida”, caracterizada pela dependência externa sem desenvolvimento. No século XX, somente os governos de Venceslau Brás na Primeira Guerra Mundial, Washington Luiz na crise de 1929 e governo Collor fizeram o país crescer menos que o período de FHC, o qual apresenta uma taxa média de apenas 2,3% do PIB ao ano.

**11.** Ao elevar as necessidades de financiamento externo a níveis críticos e abolir as restrições ao movimento de capitais, as políticas aplicadas transformaram a dependência do capital estrangeiro em um mecanismo de internalização da instabilidade do mercado financeiro globalizado e de subordinação do funcionamento da economia nacional às prioridades e interesses dos credores e investidores externos. Portanto, tais políticas, sobretudo durante os governos FHC, reforçaram, sob novas modalidades, o caráter passivo e subordinado da inserção do país na economia mundial. Nessas condições, as mudanças no cenário internacional e as debilidades estruturais internas convergem no sentido de transformar a recessão no instrumento privilegiado de ajuste da economia.

**12.** No plano internacional, diante das debilidades do Mercosul – agravadas pela profunda crise argentina –, uma questão essencial diz respeito à proposta dos Estados Unidos de conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No âmbito comercial, a assimetria de recursos, de capacidade tecnológica, de escalas de produção e de sistemas de proteção anulariam as eventuais vantagens da expansão do intercâmbio com os Estados Unidos, inclusive porque, no melhor dos casos, esta tenderia a reforçar nossa especialização em atividades tradicionais de baixo conteúdo tecnológico. A ALCA, porém, é muito mais que uma proposta de acordo comercial, abrangendo todos os aspectos-chave da economia – tais como a desregulamentação dos fluxos de capital, a proteção a investimentos estrangeiros, a abertura dos serviços – inclusive nas áreas de cultura e comunicação – e das compras governamentais ao capital estrangeiro, além da regulamentação da propriedade intelectual.

**13.** Ficariam de fora, apenas, o mercado de trabalho e o acesso às tecnologias monopolizadas pelas corporações e pelo Estado norte-americano. Nesse sentido, uma adesão a esse acordo, tal como está sendo proposto, representaria, de fato, o aprofundamento do movimento de abertura e desregulamentação econômica e financeira em curso, que conduziu ao debilitamento político do Estado nacional brasileiro, à desnacionalização e à fragilização de sua economia, bem como ao agravamento da questão social. A recente aprovação, pela Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, de autorização para que o Executivo negocie acordos comerciais que o Congresso só pode aprovar ou rejeitar em bloco (o

chamado *fast track*), confirma com clareza tal visão. A inclusão de cláusulas restritivas a transferência de tecnologia e a flexibilização sobre patentes, e outras que retiram de governos nacionais (como o Brasil) poder para regular investimentos, ao lado da retirada do campo de atuação do Executivo de itens relevantes de negociação, como os subsídios à agricultura e as regras “*antidumping*”, são exemplos destacados disso.

**14.** No plano político interno, destaque-se, de início, a preocupante situação do federalismo brasileiro. Num país como o Brasil, de grandes dimensões territoriais, marcado por uma valiosa diversidade cultural, mas por profundas desigualdades regionais, a origem histórica do federalismo – na República Velha – esteve ligada a um pacto das oligarquias regionais. O coronelismo, longe de se restringir ao poder local, era na verdade um sistema político que integrava, através das trocas de favores, os chefes políticos locais, as oligarquias regionais e o governo federal, sob o comando das segundas. Hoje em dia o sistema político é outro. Ele guarda, porém, relevantes características herdadas de sua origem.

**15.** O presidencialismo brasileiro possui um viés centralizador e autoritário. Ademais, o governo precisa recontratar, a cada momento, os termos de apoio de sua base parlamentar. Os governantes de estados mantêm importante peso político – inclusive porque costumam comandar os parlamentares federais aliados em seus estados. Cruzando tais relações, boa parte dos deputados federais se sustenta a partir de apoios de lideranças locais, em especial prefeitos. A tônica das relações políticas continua a se basear no clientelismo, daí derivando uma forte tendência governista. Trata-se, pois, de um sistema político no qual a troca de favores opera de cima a baixo, do âmbito federal ao local, passando pelo estadual. A coalizão conservadora montada pelo governo FHC comanda tal sistema a partir do centro. Nesta lógica, o sistema político conservador exclui a participação da população na tomada de decisões políticas, mantendo a prática tradicional das elites brasileiras. Ao mesmo tempo, reconstitui permanentemente canais privilegiados para a atuação dos interesses econômicos privados, nacionais e internacionais.

**16.** Nos anos 1990, ademais, o governo federal levou a efeito um processo de reconcentração de recursos e de desconcentração de atribuições, em reação à constituição de 1988. Assistiu, em geral de forma passiva, à generalização da guerra fiscal de cunho predatório entre estados e municípios. E submeteu todas as instâncias federativas aos critérios e prioridades da política macroeconômica através da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, apesar dos aspectos necessários ao controle fiscal, tolhe elementos importantes de autonomia dos entes federados, engessando, em alguns casos, os investimentos em políticas sociais. Enquanto isso, observa-se uma solene omissão no que diz respeito a políticas macrorregionais e a políticas microrregionais (em particular nas áreas metropolitanas). O produto dessa perversa combinação entre sistema político centralizador e clientelista e “individualismo” da guerra fiscal (que nega a cidadania e a cooperação federativa) tem sido o aprofundamento das disparidades

regionais e dos problemas urbanos.

**17.** Sob o ângulo da nossa cultura política, a presença, no âmbito privado, da força das relações familiares e de amizade – uma das marcas da cultura nacional – tem sido historicamente metamorfoseada, no âmbito público, em relações patrimonialistas, clientelistas, na tendência à conciliação. Trata-se de elementos de privatização do público, de formas de compensação social “privadas” que contribuem para legitimar as inaceitáveis desigualdades do país, produzindo uma atrofiação da esfera pública democrática, espaço por excelência de luta por direitos de cidadania. Tais características de nossa cultura política – convém lembrar – são alimentadas pela presença de relações formalmente democráticas. Daí, pois, o ressurgimento com vigor do clientelismo no momento da redemocratização, isto é, em paralelo ao avanço das lutas e conquistas sociais na década de 1980.

**18.** Não é casual, portanto, que nos anos 1990 a reiteração do patrimonialismo (apropriação privada de recursos públicos), sob o olhar mais vigilante de meios de comunicação, venha produzindo uma coleção de casos de corrupção e problemas de ética política. Nem tampouco que a persistência do clientelismo, aliada à limitação de recursos para o social, apresente-se como forte obstáculo à implementação de políticas públicas de caráter universal.

**19.** Há, porém, um agravante: a coalizão conservadora no poder (sobretudo durante os governos FHC), ao assumir as teses do consenso neoliberal, atuou no sentido de tornar mais intensos os processos de privatização do público. De um lado, em sua face mais visível, implementou amplo programa de privatização do setor produtivo estatal. De outro, ao combater direitos sociais e trabalhistas, taxando-os de “custo Brasil”, procurou desqualificar as próprias reivindicações por direito na cena pública, com o sentido de despublicizá-los – os ataques aos movimentos sindicais e sociais, a desativação das câmaras setoriais etc.

**20.** No terreno da ação estatal, iniciativas isoladas de instituir novos procedimentos de gestão pública caíram no vazio, em face das investidas de desvalorização do serviço público (e dos servidores públicos em geral), da desestruturação dos mecanismos de planejamento e das decisões de cunho clientelista (próprios da ampla coalizão de poder). Por exemplo, em programas que supõem a integração entre diferentes ministérios, as decisões são tomadas por estes de modo isolado e, em muitos casos, com base em critérios de trocas de favor.

**21.** Esta é, em suma, a difícil herança – do passado histórico e sobretudo do período mais recente – com a qual nos defrontamos. Para quem defende, não uma mera “continuidade sem continuísmo”, pela adoção de uma política “desenvolvimentista” que agrega o “social” como acessório, mas sim uma verdadeira transformação inspirada nos ideais éticos da radicalização da democracia e do aprofundamento da justiça social, não pode restar dúvida de que um governo democrático e popular precisará operar uma efetiva ruptura global

com o modelo existente, estabelecendo as bases para a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo.

**22.** Tal projeto deverá incorporar o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional; terá o social como referência central do desenvolvimento – ou seja, o desenvolvimento sustentável incorporará em sua própria dinâmica interna a distribuição de renda e de riqueza, a geração de emprego, a inclusão social e o uso dos recursos naturais com sustentabilidade; e buscará criar condições, de modo permanente, para a democratização do Estado e da política. Sua implementação só será possível a partir da constituição de uma nova coalizão de forças que rompa com os sucessivos pactos conservadores que vêm dominando o país há décadas. É hora de ousar, pois é em momentos de grandes mudanças mundiais, como este, que se abrem novas possibilidades para os países da periferia do sistema, como o Brasil, conquistarem uma posição de inserção soberana no mundo.

### **AS BASES DE UM PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR PARA O BRASIL**

**23.** O novo modelo de desenvolvimento brasileiro deverá articular três eixos estruturantes: o social, o democrático e o nacional. Por um lado, sendo a democracia concebida como meio e como fim, como procedimento e como conteúdo – e portanto muito mais que um regime político –, o democrático é inseparável do social. Por outro lado, historicamente, as coalizões políticas que têm governado o país fizeram-no sustentadas na dependência externa e, internamente, fechando-se sobre si mesmas, de modo autocrático; daí que o democrático seja indissociável do nacional. Por fim, se o processo de globalização em curso não estabelece fronteiras para as mercadorias e para o capital (que se concentram em poucos países), os povos, em particular os mais pobres, continuam obrigados a viver no território dos seus próprios países; por isso a questão social é inseparável da questão nacional.

**24.** Os modelos de desenvolvimento anteriores sempre relegaram o social a um plano secundário e residual, o que se expressa na permanência de índices inaceitáveis de pobreza e desigualdade na distribuição da renda e da riqueza. A reversão desse quadro é o ponto de partida para o estabelecimento de uma nova dinâmica de desenvolvimento. No entanto, ela não depende apenas da retomada do ritmo de crescimento da economia ou da manutenção de certo grau de estabilidade dos preços internos. Embora a estagnação econômica e o descontrole da inflação tendam a penalizar os segmentos com menor capacidade econômica, a miséria e a desigualdade, na nossa experiência histórica, têm aumentado também em períodos de crescimento ou de relativa estabilidade de preços.

**25.** A transformação do social no eixo do desenvolvimento significará também mais do que a revalorização dos aspectos sociais – como o combate à fome, a

educação, a saúde, o saneamento, a habitação e a cultura. Por um lado, será necessário incidir sobre fatores estruturais que determinam os padrões de apropriação e distribuição da renda e da riqueza, como as relações de propriedade da terra e do capital, as relações de trabalho, as modalidades de organização e de integração dinâmica do sistema produtivo, o caráter do Estado e suas conseqüências na tributação e no uso dos recursos públicos.

**26.** Por outro lado, a materialização de mudanças na estrutura de distribuição de renda e riqueza só será possível se as medidas redistributivas adotadas forem acompanhadas por transformações na produção e no investimento que as orientem para um amplo mercado de consumo essencial de massas. Por isso, os programas de investimento nos setores sociais devem ser concebidos como verdadeiros vetores de crescimento e transformação da economia. Assim, a questão social deve ser considerada como um elemento central e essencial de nossa estratégia, a partir de uma ótica que contemple a democratização da cultura, do esporte e do lazer aliada ao combate ao racismo, à opressão de gênero, à discriminação por orientação sexual, por geração, condição física ou mental, origem regional ou qualquer outra motivação.

**27.** O novo modelo de desenvolvimento subordinará, pois, a dinâmica econômica aos objetivos e às prioridades macrossociais que, no atual estágio do país, são fundamentalmente três: a) a inclusão de 53 milhões de brasileiros, subcidadãos que sobrevivem em condições de extrema precariedade, sem acesso aos bens e serviços essenciais a uma vida minimamente digna; b) a preservação do direito ao trabalho e à proteção social de milhões de assalariados, pequenos e médios produtores rurais e urbanos, inativos de baixa remuneração e jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho (todos ameaçados pelas tendências excludentes do atual modelo econômico); e c) a universalização dos serviços e direitos sociais básicos, com a elevação progressiva da qualidade dos serviços prestados e o crescente envolvimento da população na sua gestão. Em paralelo, o novo modelo deverá incorporar também um caráter ambientalmente sustentável, levando a uma ocupação mais racional do espaço, sobretudo dos recursos naturais e das fontes de água e energia.

**28.** Avançar em direção a esses objetivos implicará um persistente esforço de crescimento econômico e de ampliação da capacidade de geração de emprego, de expansão e redirecionamento do gasto público e de democratização dos direitos de propriedade e utilização da terra e do capital, no campo e nas cidades, inclusive através do fomento da economia solidária. Implicará também elevar progressivamente o piso de remuneração da força de trabalho, para transformar o salário mínimo em um salário básico compatível com a satisfação das necessidades essenciais de cada família. Nesta mesma perspectiva será necessário não só manter as garantias sociais e conquistas legais das classes trabalhadoras, mas também gerar condições políticas para regular e dar garantia às novas atividades e prestações de serviços que surgiram recentemente à margem do trabalho assalariado e que permanecem sem regulação do Estado.

**29.** Os movimentos de expansão de consumo e da produção devem ser sincronizados e implementados de forma progressiva e sustentável, para limitar a geração de pressões sobre os preços e as importações e para favorecer a internalização dos efeitos retroalimentadores da expansão da demanda sobre o emprego, a produção e os investimentos. A adequação da capacidade produtiva existente ao aumento do potencial de consumo de amplos setores da população envolverá, ao lado dos citados programas de investimentos nas áreas sociais (como habitação, saneamento e serviços públicos), dois aspectos centrais.

**30.** Em primeiro lugar, será ampliada a produção de bens de consumo popular – bens tradicionais, como calçados, têxteis, móveis – e, em particular, os alimentos, cuja elasticidade da demanda ante as políticas redistributivas (isto é, para baixos níveis de renda) costuma ser bastante elevada; a organização do abastecimento desses bens, fator crítico no caso dos alimentos, será fundamental para assegurar a eficácia no esforço de aumento da produção, o qual requer, por sua vez, a expansão e a integração da infra-estrutura de serviços básicos. Em segundo lugar, será necessária a expansão seletiva da oferta de bens produzidos pelos setores mais modernos e dinâmicos da economia, dado que parte do movimento da demanda incidirá sobre bens finais manufaturados mais complexos e componentes de suas cadeias produtivas (com desdobramentos sobre outros segmentos da economia).

**31.** Esse padrão de crescimento tenderá a afetar relativamente menos as restrições externas existentes, uma vez que o coeficiente de importações implícito na expansão da oferta de bens de consumo populares e serviços de consumo coletivo é inferior ao coeficiente correspondente ao atual padrão médio de consumo. Adicionalmente, um aumento na escala de produção de bens de uso generalizado criará também melhoria das condições de competitividade externa dessas indústrias – algo relevante no quadro de restrição cambial que o país terá de enfrentar no futuro imediato.

**32.** Colocar o social como eixo do novo modelo significará, ademais, valorizar de forma efetiva políticas públicas voltadas a garantir direitos sociais e, mais geralmente, os Direitos Humanos. Em primeiro lugar, a reforma agrária deve se constituir num instrumento básico para a viabilização do novo modelo de desenvolvimento econômico do país, sendo fundamental para o enfrentamento da crise social e para o fomento da agricultura familiar. A implantação de um verdadeiro Programa de Reforma Agrária deverá contar, entre outros instrumentos, com o concurso da desapropriação da grande propriedade rural improdutiva, nos termos da Constituição Federal. Sua aceleração permitirá, no curto prazo, elevar o emprego na agricultura com investimento relativamente baixo e com reduzidos gastos de divisas, proporcionando segurança alimentar a trabalhadores sem terra e suas famílias. A posterior expansão e integração da produção de alimentos, em paralelo à consolidação das diversas formas de organização produtiva dos beneficiários, desempenhará papel relevante na

regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional. A maior eficácia da reforma será alcançada pela ampliação da participação dos beneficiários em todas as suas fases e pela implantação de esquemas de financiamento e comercialização que contribuam para a viabilização econômica das unidades produtivas criadas. É importante registrar, por fim, que o fim da violência e da impunidade no campo é um compromisso de governo.

**33.** A habitação popular, além de aspiração legítima, gera muitos empregos, assegura estabilidade familiar, não tem impacto negativo no balanço de pagamentos e desencadeia grande impulso na economia. Assumirá, por isso, condição de prioridade. Um grande desafio será construir uma parceria eficaz com a iniciativa privada e equacionar a questão do financiamento. Por outro lado, uma reforma urbana que agilize o acesso à propriedade imobiliária da população de baixa renda será decisiva: a segurança da propriedade do terreno na periferia das grandes cidades será fundamental para viabilizar o financiamento imobiliário e fomentar a construção civil popular.

**34.** No campo do direito à educação, não é possível tolerar o analfabetismo, num contexto de tantas exigências no mundo do trabalho e, sobretudo, no próprio exercício da cidadania. A educação não é mera forma de adestramento da força de trabalho, mas condição para a cidadania. É preciso universalizar o ensino básico e reduzir a evasão escolar, tendo como preocupação central a qualidade do ensino. Nesta perspectiva, o novo governo deverá reverter o atual processo de municipalização predatória da escola pública e estabelecerá um novo marco de solidariedade entre os entes federativos para assegurar a garantia de universalização da educação básica e o resgate da qualidade do ensino em todos os níveis. Nesse contexto, é decisiva a elevação substancial da escolaridade média da população, bem como o fomento ao ensino profissionalizante e ao de segundo grau. As universidades públicas e os institutos de pesquisa – na qualidade de instituições complexas, que detêm a síntese da capacidade intelectual, científica e cultural – serão valorizadas e integradas ao processo de desenvolvimento nacional, considerando seu papel na recuperação da capacidade de produção endógena de tecnologia e seu papel crítico diante da sociedade.

**35.** A valorização da cultura nacional é um elemento fundamental no resgate da identidade do país. É preciso, pois, abrir espaço para a expressão de nossas peculiaridades culturais (inclusive as de corte regional), sem que isso se confunda com um nacionalismo estreito, mas sim articulado e aberto às culturas de todo o mundo. Trata-se, na linha de nossa melhor tradição cultural, de resgatar os traços peculiares de nossa identidade em formas de expressão de cunho universal, isto é, em diálogo aberto com todo o mundo. É essencial, nessas condições, realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania à produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de idéias e de formas de expressão artística. De modo análogo, é importante fomentar a formação e a prática de esportes e de atividades de lazer, como contribuição à melhoria da qualidade de vida no país.

**36.** O sistema único de saúde pública é uma grande conquista da sociedade brasileira e precisa ser implantado em sua plenitude, incorporando inclusive modelos de gestão que levem à melhoria da qualidade e à otimização dos recursos a serem disponibilizados. O acesso da população aos medicamentos essenciais e de uso continuado, o fomento à produção de medicamentos genéricos e o impulso às políticas de saúde preventiva, ao lado do fortalecimento de programas como o de saúde da família, são componentes de um compromisso básico de defesa da vida. Igualmente relevante será construir um sistema previdenciário universal, até certo limite de renda – sem qualquer tipo de distinção ou privilégio – que abranja toda a sociedade. A partir desse patamar, serão oferecidos sistemas previdenciários complementares, público ou privado. O aperfeiçoamento no sistema de arrecadação tributária e a gestão transparente e tripartite do sistema previdenciário serão essenciais para reduzir desperdícios e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

**37.** Diante do crescimento assustador da violência, que tem levado à consolidação, no cotidiano da população, da banalização da vida e da arquitetura do medo, o país necessita, mais do que nunca, de uma política nacional de segurança pública, priorizando a segurança da cidadania na qualidade de direito. Um amplo programa de combate à violência, ao narcotráfico e ao crime organizado supõe uma nova concepção de segurança pública, envolvendo planejamento, definição de metas e estratégias, investimentos em qualificação técnica e profissional e incluindo a integração do sistema policial e uma completa revisão do código penal e do sistema prisional (inspirado por penas alternativas). Deve ganhar destaque não apenas a repressão, mas a prevenção da violência. Dada, afinal, a divisão de atribuições, tal política não poderá prescindir da parceria com estados e municípios.

**38.** A afirmação dos direitos contra a discriminação, relacionados com raça, gênero, orientação sexual, condição física ou mental, é parte integrante da defesa dos Direitos Humanos. Em particular, é preciso implementar políticas de combate à violência que atinge as mulheres, no lar ou fora dele, bem como as crianças e adolescentes. Negros e negras são especialmente atingidos por inúmeras formas de discriminação econômica, social e pela violência. Em complemento às grandes reformas de combate à discriminação, deve-se romper o silêncio das instituições e constituir mecanismos de ação afirmativa. Caberá ao Estado, na perspectiva de resgate da dignidade e da igualdade de direitos, criar condições para a conquista da igualdade de condições e de tratamento que beneficiem os grupos sociais mais atingidos pela discriminação, como as mulheres, a população negra e índia, homossexuais, pessoas portadoras de deficiência etc. O estímulo à organização autônoma e à participação política desses segmentos é parte decisiva de nosso compromisso estratégico com os direitos de cidadania.

**39.** A aceleração do crescimento econômico, acompanhada de distribuição de renda e riqueza, permitirá integrar expressivos contingentes da população

brasileira ao mercado. Uma parcela da população, contudo, que se encontra excluída do acesso, mesmo que precário, à economia e aos direitos básicos, só seria atingida em décadas, o que é eticamente inaceitável. A exclusão social é, na verdade, multidimensional: ela se expressa de modo particular no nível econômico, mas incorpora também, em geral, as dimensões urbana e rural, cultural, social, política, manifestando-se tanto em termos objetivos quanto subjetivos. É preciso, pois, criar condições, proporcionar recursos, para que a população excluída possa transitar para uma situação de inclusão social. Propõe-se, nesse sentido, um amplo programa integrado de inclusão social que, superando as abordagens setoriais ou compensatórias, trate o acesso à inclusão social plena como um direito de cidadania, em suas várias dimensões. Para tanto, será necessário levar a efeito uma efetiva integração de políticas, tendo o fortalecimento da família como centro, e dotado de acompanhamento de resultados e participação direta da população beneficiária.

**40.** Ganha relevo, nesse quadro, a instituição de uma renda mínima, associada à educação (como nos programas bolsa-escola), abrangendo todo o território nacional, como ingrediente de um programa de complementação de renda familiar. O programa bolsa-escola nacional do governo FHC – apesar do aumento de recursos previstos inicialmente, em que a bancada do PT teve papel destacado – é ainda muito tímido quanto aos benefícios e se sustenta numa visão estanque, insuficiente do problema da exclusão social. A renda mínima que propomos, articulada ao programa de inclusão social, deve ser vista como um passo na direção da implementação – quando houver condições fiscais – de uma renda básica de cidadania enquanto direito de toda a população brasileira.

**41.** A instituição de políticas e mecanismos de apoio à economia solidária é igualmente decisiva. No campo, isso significa distribuir terra e propiciar acesso a recursos financeiros para a aquisição de ferramentas, sementes, crédito e extensão agrícola, incorporando ao mesmo tempo a consciência de que a cooperação e a ajuda mútua são imprescindíveis para o êxito econômico. Nas cidades não é diferente, sendo preciso estimular a mobilização das comunidades excluídas, capacitando-as a se organizar, cooperar e interagir de modo solidário, além de fornecer recursos materiais e intelectuais (tecnologias de produção, financeira, de marketing, gerencial) para poderem competir e ter acesso ao mercado. É necessário proporcionar à economia solidária em construção condições objetivas de se financiar e criar mercados para a sua produção. Para tanto, o Banco Central, em colaboração com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, deve apoiar ativamente a constituição de uma rede de crédito solidário, incluindo a formação de cooperativas populares de crédito.

**42.** O programa de inclusão social deve incorporar também o combate à fome no país, com a perspectiva de sua erradicação. É preciso, pois, estabelecer uma política de segurança alimentar, baseada em iniciativas diversificadas, que permita o acesso a uma cesta básica de produtos que melhore progressivamente com o

aumento da produção e da distribuição de alimentos (especialmente para as crianças). Fica clara, pois, a complementaridade entre a política de combate à fome e a mudança estrutural de modelo proposta.

**43.** O caráter multidimensional da exclusão e da inclusão social conduz, ainda, à necessidade de integrar ao programa de inclusão social políticas educacionais (em particular, de alfabetização e de formação profissional), de saúde (como a saúde da família) e culturais e de lazer, voltadas à criança e ao adolescente. No caso das cidades, a exclusão urbana tende a se concentrar em favelas e loteamentos irregulares, razão pela qual são essenciais também políticas de habitação popular, de urbanização de favelas e de regularização fundiária, além de combate à violência urbana.

**44.** O financiamento desse conjunto de políticas públicas vinculadas à garantia de direitos sociais supõe, evidentemente, uma profunda alteração no perfil do gasto público. Tal alteração, que deve criar um espaço considerável para o gasto social (assim como para os investimentos em infra-estrutura, ciência e tecnologia), resultará da implementação global do novo modelo de desenvolvimento – o que envolve a redução da vulnerabilidade externa e a recomposição das finanças públicas. De qualquer modo, os recursos à disposição, particularmente no período inicial, imporão limites à abrangência do conjunto das políticas sociais. Isso exigirá uma ampla revisão dos programas atualmente existentes para erradicar os mecanismos de corrupção e desperdício, além de um processo de priorização, para o qual será fundamental a participação da sociedade.

## II. O NACIONAL

**45.** Um verdadeiro projeto de nação para o Brasil deve incorporar, simultaneamente e de modo articulado, um conjunto de atributos: inclusão social – isto é, erigir o social como eixo do desenvolvimento – equacionamento da questão federativa, preservando e valorizando a diversidade das culturas regionais; aprofundamento da democracia, sustentando uma efetiva cidadania política ativa, abrindo-se para a sociedade sem recear os conflitos sociais; amparar-se num Estado democratizado, ágil e desprivatizado, dotado de autonomia para a formulação e a gestão da política econômica nacional e da regulação social dos mercados; enfim, inserir-se de maneira soberana no mundo.

**46.** A inserção soberana no mundo e a recuperação dos espaços de autonomia na gestão da economia nacional implicam desenvolver políticas dirigidas a reduzir de modo significativo a dependência e a vulnerabilidade externas, que constituem, na atualidade, a restrição fundamental para a retomada e sustentação do crescimento econômico. Isso transcende o alcance das políticas tradicionais de ajuste macroeconômico e de suporte ao funcionamento espontâneo do mercado,

inserindo-se necessariamente numa estratégia de desenvolvimento agrícola e industrial que possibilite a articulação das ações do Estado e do setor privado voltadas à expansão da capacidade e à integração e diversificação do sistema produtivo, bem como à construção das bases tecnológicas de sustentação do desenvolvimento e ao aumento da produtividade sistêmica da economia brasileira. Requer ainda a simultânea reconstrução do sistema de financiamento de longo prazo que viabilize o novo ciclo de investimentos, tanto em infra-estrutura quanto na produção interna de bens de capital.

**47.** Nesse contexto macroestrutural, as políticas específicas orientadas à redução da vulnerabilidade e da dependência externas se projetam em seis dimensões. Em primeiro lugar, a recuperação do saldo comercial e a redução do déficit na conta de serviços do balanço de pagamentos, com vistas à diminuição acentuada do déficit em transações correntes, hoje na casa dos 5% do PIB. Particularmente relevantes nesse âmbito são o estímulo à expansão e a melhoria na pauta de exportações – enfatizando nos diversos setores a agregação interna de valor e a elevação do conteúdo tecnológico dos bens exportados –, o aperfeiçoamento e a racionalização das estruturas de transporte, armazenamento e comercialização, que oneram a competitividade da produção exportável, a re-substituição de importações, especialmente no segmento de bens de consumo, eletro-eletrônicos, bens de capital, petróleo e química, e o aproveitamento de nossas potencialidades nas áreas de turismo e indústria naval.

**48.** Em segundo lugar, a correção dos desequilíbrios oriundos da abertura comercial, através da revisão da estrutura tarifária e da criação de proteção não tarifária, amparada pelos mecanismos de salvaguarda da OMC, para atividades consideradas estratégicas. Nessa mesma linha se insere uma política de defesa comercial ativa, destinada a proteger o país contra práticas desleais de concorrência e agressões econômicas e a preservar os interesses nacionais nas transações bilaterais e nas relações com os organismos multilaterais. As alterações na proteção à produção nacional não implicam, contudo, o fechamento da economia, nem tampouco devem promover a ampliação do grau de monopólio e das margens unitárias de lucro das empresas instaladas no país.

**49.** Em terceiro lugar, a adequação da política relativa ao capital estrangeiro às diretrizes e às prioridades do novo modelo econômico. Isso significa implantar mecanismos de regulação da entrada de capital especulativo e reorientar o investimento direto externo com critérios de seletividade que favoreçam o aumento das exportações, a substituição de importações, a expansão e a integração da indústria de bens de capital e o fortalecimento de nossa capacidade endógena de desenvolvimento tecnológico. É essencial que o capital estrangeiro se vincule à criação de capacidade produtiva adicional e compense o aumento da remessa de lucros, dividendos e royalties com seu impacto positivo sobre o saldo comercial.

**50.** Em quarto lugar, a regulamentação do processo de abertura do setor

financeiro. A redução da fragilidade externa da economia brasileira envolve também a eliminação de brechas legais que facilitam a realização de operações financeiras não transparentes com o exterior, a revisão dos esquemas de captação de recursos utilizados pelo sistema bancário para operações de arbitragem com títulos públicos e a regulamentação do ingresso de novos bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional.

**51.** Em quinto lugar, com relação à dívida externa, hoje predominantemente privada, será necessário denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI, para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento e à defesa comercial do país e bloquear as tentativas de re-estatização da dívida externa, reduzindo a emissão de títulos da dívida interna indexados ao dólar. O Brasil deve assumir uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública, particularmente de países como o Brasil, o México e a Argentina, que respondem por grande parte da dívida externa mundial e, não por acaso, têm grande parte de sua população na pobreza.

**52.** Em sexto lugar, a consolidação da vocação de multilateralidade do comércio exterior brasileiro mediante políticas direcionadas à diversificação de mercados, ao fortalecimento e ampliação do Mercosul e à retomada do projeto de verdadeira integração latino-americana, ao estabelecimento de programas de cooperação econômica e tecnológica com potências emergentes como a Índia, a China, a África do Sul, entre outras, à desconcentração e diversificação do setor exportador e, finalmente, ao estabelecimento de alianças específicas com empresas estrangeiras para uma política qualificada de re-substituição de importações.

**53.** Quanto à ALCA, tendo em conta a avaliação já efetivada, não se trata de uma questão de prazos ou de eventuais vantagens nesse ou naquele setor. Tal como está proposta, a ALCA é um projeto de anexação política e econômica da América Latina aos EUA, cujo alvo principal, pela potencialidade de seus recursos e do seu mercado interno, é o Brasil. O que está em jogo, então, são os interesses estratégicos nacionais, é a preservação de nossa capacidade e autonomia para construir nosso próprio futuro como nação. Em outras palavras, rechaçar essa proposta, tal como está sendo apresentada, é um requisito essencial para viabilizar o objetivo de redução de nossa dependência e vulnerabilidade externas. Por outro lado, a inserção soberana do Brasil no mundo exigirá esforços no sentido de aprofundar e aperfeiçoar as relações comerciais bilaterais de nosso país com os Estados Unidos – o mais importante parceiro individual do Brasil no comércio mundial – e com a União Européia –, o melhor exemplo de integração supranacional exitosa e calcada em regras democráticas.

**54.** Do ângulo da política externa, é preciso se opor à blindagem internacional que sustenta o neoliberalismo globalizado e recuperar valores como a cooperação nas relações internacionais. Nesse sentido, será decisivo utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e articular partidos, governos e forças políticas que lutam

por sua identidade e autonomia, justamente num momento em que cresce a reação popular pela nacionalização dos centros de decisão política e econômica dos países periféricos. Revoltas populares sucedem-se em diversos países, em particular na América Latina, onde o caso da Argentina é a última e mais radical manifestação das conseqüências de uma política imposta pelo FMI. A instabilidade crescente da economia mundial, com a sucessão de crises, tem retirado legitimidade do projeto neoliberal. Esta mudança do quadro mundial permite combinar a defesa da soberania com a luta por uma ordem internacional radicalmente distinta da que está sendo construída. À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a defesa do socialismo democrático começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um programa de esquerda em escala internacional. Não podemos defender o isolamento nacional; é preciso lutar pelos interesses de toda a humanidade. Assim, as relações internacionais não devem ser entregues à lógica dos mercados desregulados ou ao mando imperial levado a cabo pelas instituições da globalização neoliberal – FMI, Banco Mundial, OMC, ALCA. Dessa forma, a soberania nacional deve ser associada estreitamente com soberania popular e com solidariedade internacional entre os povos oprimidos pelo imperialismo. Mais do que um “PROJETO NACIONAL”, trata-se de formular um projeto que incorpore a defesa da nação e se proponha a transformá-la e a lutar por uma outra ordem internacional. Deve-se valorizar o Fórum Social Mundial e, ainda, fortalecer o movimento de defesa da Taxa Tobin e pela constituição de um fundo internacional de combate à pobreza, pelo fim dos paraísos fiscais, pela criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais e pelo estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital externo especulativo. A campanha internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres deverá ter forte participação do Brasil e deve ser acompanhada pela perspectiva de auditoria e renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do “Terceiro Mundo”.

**55.** Um outro modelo de desenvolvimento demandará, necessariamente, um Estado democrático forte, com um novo padrão de ação na economia que, sendo distinto daquele do período nacional-desenvolvimentista, permita superar o quadro de desestruturação institucional e de subordinação da ação estatal às esferas de decisão financeira, herança da ideologia do “Estado mínimo” na década de 1990. Esse novo padrão de ação estatal se projetará em dois planos interligados. Em primeiro lugar, a reconstrução da capacidade estatal de regulação e de suporte ao desenvolvimento e, em segundo lugar, a reversão da fragilidade fiscal.

**56.** A reconstrução da capacidade estatal de regulação e de suporte ao desenvolvimento envolverá a recriação de formas de coordenação público-privadas atuando em vários campos relevantes. O ponto inicial diz respeito à ação sobre uma questão que o mercado é reconhecidamente incapaz de equacionar: o ataque à concentração de renda e riqueza, à exclusão social e ao desemprego. O Estado deverá também desempenhar um papel estratégico nas atividades de

infra-estrutura, financiamento e ciência e tecnologia, todas centrais para a criação de externalidades positivas e para o aumento da eficiência sistêmica.

**57.** Em segmentos como petróleo, energia, saneamento, bancos, onde a presença das empresas estatais ainda é relevante, ela deverá ser preservada e consolidada. O programa de privatizações será suspenso e reavaliado, sendo auditadas as operações já realizadas, sobretudo onde existem notícias de má utilização de recursos públicos ou negligência no que toca aos interesses estratégicos nacionais. No setor energético, em particular, poderá ocorrer a revisão de privatizações, para que sejam resgatados o planejamento estratégico e a gestão integrada do sistema. No conjunto dos setores privatizados, o novo governo terá que assegurar investimentos que ampliem de forma sustentável a infra-estrutura do país, exigindo metas dos novos concessionários, além de recuperar o planejamento e realizar investimentos públicos nos setores onde eles se fizerem necessários. Com essa perspectiva, será preciso alterar o marco regulatório das agências reguladoras nacionais, além de recuperar o poder de fiscalização e de controle público.

**58.** O Estado não pode limitar as suas ações à administração do curto prazo e das questões emergenciais, mas deve pautar-se por uma visão estratégica de longo prazo, que dê conta do papel fundamental do dinamismo do investimento, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica reativar o planejamento econômico, para assegurar um horizonte mais longo para os investimentos e implantar políticas ativas setoriais e regionais. Ao investimento público estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário.

**59.** A reconstrução de um sistema de financiamento do desenvolvimento se apoiará em três princípios: a) o fortalecimento e a reorientação das instituições especiais de crédito (BNDES, CEF, Banco do Brasil etc.), essenciais para o financiamento de atividades de maior risco ou de prazos de retorno mais longos; b) a ampliação do crédito dirigido de instituições privadas (por meio de instrumentos como exigibilidades ou redesconto seletivo); c) a ampliação da poupança doméstica de longo prazo, seja pela constituição de uma previdência pública complementar (sob regime de capitalização), seja através de uma nova gestão mais eficaz, com novas prioridades, dos fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS-PASEP, FAT). A maior formalização do emprego, neste caso, ampliaria os recursos desses fundos e permitiria alavancar o financiamento de longo-prazo.

**60.** A reversão da fragilidade fiscal, para garantir a consistência da política fiscal, é uma pedra angular de sustentação do novo modelo de desenvolvimento. Isso significa, antes de tudo, a preservação da solvência do Estado, traduzida na redução substantiva e progressiva do comprometimento das receitas com o pagamento de juros da dívida pública e em sua capacidade de realizar políticas

ativas e coordenadas de gasto público (inclusive o gasto social). A perspectiva de colocar o social como eixo do desenvolvimento exigirá uma revisão completa das atuais políticas que colocam a dívida financeira e seus credores como a prioridade número um do Estado brasileiro. Nesses termos, a redução da fragilidade externa deverá promover uma redução das taxas de juros cobradas nos financiamentos externos, com efeitos positivos sobre a taxa de juros doméstica de curto prazo, a qual influencia o custo do financiamento da dívida pública, diminuindo a carga de juros e a imprevisibilidade de sua trajetória.

**61.** Dado o objetivo de manter a solvência do Estado, cabe preservar um aspecto essencial do gasto público, qual seja, o seu papel anticíclico e estimulador do crescimento econômico. Do ponto de vista cíclico, a evolução do déficit público não pode estar sujeita a metas de longo prazo ou a concepções anacrônicas e marcadamente ortodoxas e monetaristas que postulam o orçamento equilibrado como um valor absoluto e permanente. Tal equilíbrio pode ser alcançado através do crescimento econômico e da estabilidade macroeconômica (que induzem ao pleno emprego e à maximização das receitas fiscais).

**62.** Do lado das receitas, coloca-se a necessidade de realizar uma reforma tributária ampla, baseada nos critérios de eficácia da arrecadação e de justiça fiscal. É preciso desonerar a produção, reduzir os tributos sobre os assalariados e as classes médias (progressividade dos impostos), taxar grandes fortunas e grandes heranças e ampliar a base de arrecadação, ao reduzir as brechas para a evasão e a sonegação fiscais (por exemplo, através do acesso aos dados da CPMF).

**63.** A consolidação do controle inflacionário, num contexto em que as prioridades são o crescimento com distribuição de renda e a redução dos desequilíbrios externos, será uma tarefa bastante complexa, que irá requerer uma articulação governamental com o setor privado e com a sociedade civil – por exemplo, para a remoção de gargalos em termos de capacidade produtiva, ou para evitar aumentos de preços em função do grau de monopólio. Neste caso, serão de utilidade câmaras setoriais e instrumentos de regulação do Estado e de defesa dos consumidores. Isto não implicará, no entanto, o retorno a formas diretas ou indiretas de indexação de preços ou contratos. Por oposição ao monitoramento de caráter monetarista e ortodoxo do FMI, o novo governo buscará assumir publicamente um conjunto de compromissos sociais e econômicos em sintonia com os objetivos e prioridades do novo modelo de desenvolvimento. Nesse quadro, caberá estabelecer metas de crescimento econômico, geração de emprego, de investimento social e da inflação que concretizem e que confirmem consistência àquelas prioridades, viabilizando, ao mesmo tempo, seu amplo controle público.

### III. O DEMOCRÁTICO

**64.** O modelo de desenvolvimento comandado pelo governo democrático e

popular estará sustentado num novo contrato social, fundado num compromisso estratégico com os Direitos Humanos, na defesa de uma revolução democrática no país. A alternativa proposta representará uma ruptura com nossa herança de dependência externa, de exclusão social, de autoritarismo e de clientelismo e, simultaneamente, com o neoliberalismo mais recente. Isso envolverá, portanto, uma disputa de hegemonia, em que a afirmação de valores radicalmente democráticos estará contraposta, por um lado, à cultura política e às práticas do clientelismo, da conciliação, da privatização do público e, por outro, à cultura de mercantilização que articula valores e determina atitudes individualistas e consumistas, inclusive entre os próprios segmentos excluídos e oprimidos.

**65.** É inaceitável continuar convivendo numa sociedade em que a força das relações e das lealdades pessoais se transforma, com tanta frequência, na predação de recursos públicos e na corrupção. De igual modo, as bolsas de valores e os mercados financeiros não podem regular a sociedade. O mercado não produz justiça e não tem qualquer compromisso com a ética democrática e a justiça social. Os acordos clientelistas e a “mão invisível” do mercado não podem substituir o debate público e democrático e as decisões daí emanadas – as únicas capazes de assegurar a proteção ao meio ambiente e a justiça social. Estamos propondo uma radical defesa dos Direitos Humanos e das liberdades. Isso exige a desprivatização do Estado, a constituição de novas esferas públicas de controle social do Estado e o controle social e democrático do mercado.

**66.** A construção do novo modelo de desenvolvimento se dará nos marcos do Estado de direito. Nossas propostas de mudanças profundas nos rumos do país serão transparentes e previsíveis, marcadas pela disposição permanente ao diálogo, respeitando sempre os princípios de nosso projeto: desenvolvimento autônomo, justiça social, participação democrática. Por outro lado, a implementação desse novo modelo terá que equacionar limitações legais e institucionais importantes. Isso significa que as reformas políticas e institucionais tenderão a assumir um papel decisivo, exigindo intensa mobilização e pressão popular e base de sustentação parlamentar.

**67.** Os principais pontos de uma reforma política democratizadora são: a adoção do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; a fidelidade partidária; a redefinição da representação dos estados na Câmara Federal (respeitados os princípios federativos); a democratização dos meios de comunicação, com a implementação imediata do Conselho de Comunicação Social previsto na Constituição; a completa reformulação nas agências de regulação, integrando-se a participação dos trabalhadores e dos consumidores (exigências que visam universalizar serviços e garantir sua acessibilidade e qualidade); reforma e controle externo do Poder Judiciário. A Lei de Responsabilidade Fiscal – preservados os mecanismos democráticos de controle fiscal dos governos – precisa ser reformulada de tal modo que a responsabilidade fiscal seja informada pela responsabilidade social (e não pelos interesses exclusivos do sistema financeiro).

**68.** Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que dêem suporte ao Estado-nação brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo.

**69.** Os trabalhadores já incorporados e aqueles a serem incluídos pelas políticas de crescimento e de proteção social são a principal base de sustentação do novo contrato social. Os pequenos empresários e os setores médios irão se beneficiar diretamente do crescimento econômico e das novas oportunidades a serem abertas, e indiretamente através da redução da violência social que está por toda a parte. É evidente que um dos objetivos básicos das mudanças propostas consiste na inclusão dos excluídos – uma multidão não organizada que não chega a ser cidadã e que quase não é produtora e consumidora. A perspectiva da inclusão social cria condições para sua auto-organização (sob diferentes formas) e portanto sua conversão em uma relevante força política cidadã. A construção de um país mais homogêneo do ponto de vista social trará benefícios para a grande maioria, conferindo consistência ao processo de democratização do país.

**70.** Ao lado da sustentação social e política no país – ancorada em alianças sociais e políticas em torno de nosso programa e no estímulo ao avanço das lutas populares e de uma participação ativa da sociedade – será também necessário construir alianças e um amplo leque de apoio internacional. Não estamos sozinhos na defesa de alternativas democráticas e populares ao modelo neoliberal, e nem poderíamos optar pelo isolamento econômico, político e cultural. Nossa perspectiva é universalista em seus objetivos e reivindica uma inserção ativa e soberana do Brasil no mundo. Assim, uma política alternativa de regionalização, que passa pelo resgate do Mercosul e da integração latino-americana, pode vir a ser relevante instrumento de articulação de forças na região. De modo análogo, devem-se buscar alianças com potências emergentes (a exemplo da Índia, da China, da África do Sul ou da Rússia).

**71.** Um novo contrato social deve incorporar, ainda, uma reconfiguração da Federação brasileira. Por oposição ao quadro de profundas disparidades territoriais – alicerçadas num sistema intransparente (“privado”) de acordos clientelistas de elites de diversos níveis e no individualismo da guerra fiscal predatória, de todos contra todos – é essencial caminhar para a homogeneização econômica e social de nosso território, tão rico em diversidades culturais – através do primado da cooperação entre os diferentes entes federados, construída em

esferas públicas transparentes e democráticas.

**72.** Por isso, uma reforma tributária adequada a tais princípios deve incorporar, necessariamente, as questões postas pela nossa condição de país federativo. Nessa perspectiva, a valorização das esferas local e regional passa não só pelo seu fortalecimento em termos de volume de recursos disponíveis (o que é decisivo, em face da reação centralizadora da década de 1990), mas também e sobretudo pela divisão mais eqüitativa do bolo tributário do ângulo territorial. É preciso, por outro lado, em substituição à guerra fiscal, adotar políticas nacionais de fomento ao desenvolvimento regional e local, voltadas a combater as disparidades territoriais, a serem sustentadas financeiramente pela reorientação do uso de fundos públicos existentes (inclusive com relação a subsídios). Nessa perspectiva, faz todo sentido combinar a definição de prioridades nacionais, baseadas em critérios claros e impessoais (regiões atrasadas, regiões em processo de reconversão industrial, políticas horizontais relativas a emprego, meio ambiente, gênero, raça etc.) com operacionalização local, vinculada à participação cidadã. Nesse quadro, a descentralização da prestação dos serviços públicos (como educação, saúde, saneamento, habitação, transportes e segurança) deve ser vista como uma necessidade cuja implementação precisa contar com a garantia de recursos correspondentes e estar associada a padrões de qualidade, eqüidade e controle público.

**73.** Além disso, é fundamental levar a efeito a refundação de dois importantes níveis territoriais de gestão pública compartilhada: as macrorregiões, envolvendo estados com realidades semelhantes e problemas cuja solução exija ações conjuntas, na base da cooperação, e as microrregiões – sobretudo as áreas metropolitanas – envolvendo municípios com desafios comuns, que não podem ser equacionados de modo isolado. Em ambos os casos, gestão pública compartilhada significa a participação simultaneamente horizontal e vertical, de representantes da União, de estados e de municípios das regiões constituídas, aberta também à sociedade civil organizada.

**74.** Por fim, a redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa – uma das referências centrais de nossos governos estaduais e municipais – deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-gestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator-chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões (salvo raras exceções). Serão, portanto, não apenas espaços de debate e deliberação envolvendo Estado e sociedade, mas igualmente de disputa de hegemonia com a cultura clientelista e com os valores neoliberais.

**75.** Sem a pretensão de conclusividade – até porque a conformação dos inúmeros canais de participação dependerá não só do governo, mas também da interação com a sociedade –, convém destacar desde logo algumas iniciativas relevantes nesse campo: a implementação do orçamento participativo no nível central será desafio de peso, na medida em que não se trata de efetuar uma mera transposição mecânica de políticas em curso nos níveis local e estadual para o central, que é muito mais complexo (será necessário, por exemplo, tomar na devida conta a estrutura federativa brasileira); os variados conselhos temáticos ou setoriais – inclusive para o controle público das empresas estatais e das concessionárias de serviços públicos; a reformulação de fundo das agências nacionais de regulação, integrando representantes dos consumidores; instituições como as câmaras setoriais, voltadas à elaboração, negociação e implementação de políticas industriais ou setoriais; gestão participativa dos fundos públicos etc.

**76.** Em segundo lugar, um novo modelo de gestão pública, no contexto de um Estado forte – em contraposição ao “Estado mínimo” e à correspondente fé cega nos mecanismos de mercado –, deve ser um Estado que, além de democrático e participativo, desempenhe as funções que lhe caberão de maneira adequada. Isto significa, por um lado, a recuperação do planejamento estratégico de governo, como instrumento para a remontagem da capacidade estratégica de ação do Estado (prever, planejar, agir, investindo ou coordenando iniciativas com o setor privado e a sociedade), tendo em conta a necessidade de integração de ações setoriais em muitas das iniciativas prioritárias e o interesse de monitorar resultados das ações. Por outro lado, significa a reorganização da forma de prestar serviços públicos, conferindo-lhes qualidade com economia de recursos. Outro grande desafio, que – presidido pela noção de avaliação de resultados – deve incorporar o uso de tecnologias modernas, a reformulação de rotinas e procedimentos, a melhoria dos ambientes de trabalho e, como é óbvio, a valorização dos servidores públicos e de suas condições salariais e de trabalho (sempre tendo em conta que, dadas as defasagens de salários ante as limitações de recursos, a melhor maneira de realizar negociações democráticas é tratá-las em espaços de debate público mais amplos, como o orçamento participativo).

**77.** As diretrizes de programa de governo anteriormente estabelecidas não têm a pretensão nem de detalhar propostas de ação nem de abarcar todos os assuntos e aspectos que estarão sob a responsabilidade do governo democrático e popular. Elas pretendem apenas, por um lado, avançar linhas gerais de ação e de políticas que, com o devido detalhamento, pretenderão se concretizar como prática de governo; por outro lado, elas se propõem a tornar clara uma concepção de governo para o Brasil, um projeto que, articulando as dimensões social, nacional e democrática, seja capaz de contribuir para a construção de uma nação soberana, inclusive socialmente, e democrática. Porque, para nós, programa de governo é para valer.

## **METODOLOGIA PARA O PROGRAMA DE GOVERNO PARA O BRASIL**

## I – OBJETIVOS

1. Fazer da elaboração do programa de governo um momento de aglutinação das diferentes experiências e reflexões no âmbito do PT, dos partidos aliados e da sociedade civil brasileira, solidamente referenciado nas questões macrorregionais e nas características da cultura nacional, segundo quatro vertentes assim definidas:

- a) experiências de governos;
- b) acúmulo das áreas acadêmicas e técnico-científicas;
- c) contribuições da sociedade (empresariado, igrejas, instituições sociais etc.);
- d) contribuições dos movimentos sociais ambientalistas.

2. Propiciar às instâncias deliberativas do PT e dos partidos aliados um documento básico para deliberação.

3. Oferecer à nossa campanha presidencial e aos nossos futuros governos um conjunto de propostas consistentes para a implementação de um projeto alternativo de desenvolvimento.

## II - ORGANIZAÇÃO E MÉTODO

1. Constituição de uma comissão de programa de governo (encabeçada por um coordenador-geral), com as funções de acompanhar e orientar trabalhos de grupos, seminários e outras atividades correlatas, além de elaborar um documento básico para a deliberação das instâncias partidárias.

A coordenação contará com uma estrutura de apoio própria, profissionalizada, com o intuito de dar conta das necessárias tarefas de suporte.

2. Organização de grupos de trabalho responsáveis por grandes temas nacionais (a exemplo de desenvolvimento nacional sustentável, gestão democrática, cidadania e inclusão social), bem como por temas macrorregionais. Tais grupos serão divididos em sub-grupos, todos com caráter amplo e aberto. Os responsáveis por grupos e subgrupos serão indicados pela coordenação do programa de governo.

3. Realização de seminários descentralizados, nas cinco macrorregiões, em estados brasileiros, bem como nos setoriais, para o debate do programa nacional, como subsídio para o documento básico de programa de governo.

4. Constituição de um banco de idéias para a recepção, ampla e aberta, de contribuições da cidadania ao nosso programa de governo. O banco de idéias será viabilizado por meio de uma página na Internet, devendo ainda ser garantido um retorno aos autores das propostas apresentadas.

### III - CRONOGRAMA E PROCESSO

1. O DN de novembro nomeia o coordenador-geral e os membros da comissão de programa de governo.
2. O Encontro Nacional de dezembro de 2001 discute e aprova as diretrizes do programa de governo, base para as elaborações e documentos subseqüentes.
3. A comissão, os grupos e subgrupos trabalham na confecção do programa de governo de dezembro de 2001 a abril de 2002.
4. O DN, em maio de 2002, discute e aprova o documento básico de detalhamento das diretrizes de programa de governo, preparado pela comissão, seguido de consulta aos partidos aliados e da realização, em junho de 2002, de uma conferência nacional para sua apresentação pública.
5. A comissão, os grupos e subgrupos continuam a elaborar o aprofundamento das propostas temáticas e regionais, bem como propostas específicas de impacto para a campanha, até agosto de 2002. As referidas propostas deverão ser sempre submetidas à Comissão de Programa de Governo e por ela aprovadas, para que se garantam sua coerência e sua consistência com o documento básico do programa de governo.

### 17 DE MARÇO DE 2002 PRÉVIA DEMOCRÁTICA DO PT TERÁ LULA E SUPLYCY COMO PRÉ-CANDIDATOS A PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Estatuto do PT determina que, havendo mais de um pré-candidato às eleições majoritárias, deverá ser realizada Prévía Eleitoral. O senador Eduardo Suplicy teve sua inscrição como pré-candidato a Presidente da República aprovada anteriormente pelo Diretório Nacional. Durante o XII Encontro Nacional do PT, um conjunto de membros do Diretório Nacional apresentou a inscrição do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, cujo texto segue abaixo:

### BRASIL URGENTE, LULA PRESIDENTE

O XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, nos termos das disposições estatutárias, recebeu a inscrição de Luiz Inácio Lula da Silva como pré-candidato do PT à Presidência da República.

Os delegados presentes ao XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores que assinam esta moção apóiam a iniciativa e indicam à consideração do Partido essa candidatura.

No curso dos últimos 25 anos, Lula ocupou o centro das lutas sociais e políticas no país, transformando-se em uma referência nacional e internacional associada aos combates pela liberdade, democracia e justiça social.

Conduziu a construção do maior partido popular da história do Brasil. Representou-o não só nos grandes embates eleitorais dos anos 80 e 90, como esteve à frente das grandes batalhas sociais e políticas das últimas décadas.

Encarnou e hoje mais do que nunca encarna as esperanças de dezenas de milhões de homens e mulheres que crêem que um outro Brasil é possível.

A candidatura de Lula é construção coletiva. Ele será o porta-voz fiel do programa democrático e popular que esse Encontro aprovar.

O Brasil vive uma profunda crise econômica e social, tem seus interesses nacionais atingidos gravemente por uma ordem mundial injusta e cada vez mais antidemocrática.

O país necessita de uma outra alternativa que reconstrua nossa economia, governe prioritariamente em favor dos pobres e excluídos, aprofunde a democracia e preserve a soberania nacional.

**Por tudo isso, uma vez mais ecoa no país o grito que fazemos nosso: Brasil Urgente, Lula Presidente.**

Nos termos do Estatuto do Partido dos Trabalhadores e de acordo com as resoluções do Diretório Nacional, 80,2% dos membros representantes das chapas Movimento PT, Por um Socialismo Democrático, PT de Luta e de Massas, Um outro Brasil é Possível, Um novo Mundo é Possível, Um novo Brasil é Urgente inscreveram a pré-candidatura do companheiro Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

## CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

### ESTATUTO :

O XII Encontro Nacional do PT, considerando que os titulares das Secretarias Sindical e Agrária são eleitos em Encontros Setoriais e não diretamente pelas chapas,

### RESOLVE:

Alterar o artigo 111 do Estatuto do PT, retirando a obrigatoriedade de participação das Secretarias Sindical e Agrária na composição mínima da Comissão Executiva Nacional.

## CAMPANHA NACIONAL DE FILIAÇÃO (CNF)

O XII Encontro Nacional do PT, considerando:

- Que a participação média dos filiados no Processo de Eleições Diretas foi de 2,5 votantes por mil eleitores;
- Que essa participação foi sensivelmente diferente entre os estados brasileiros: em alguns estados chegaram a votar 8 filiados por mil eleitores, em outros este índice foi somente de 1 votante por mil eleitores;
- Que a participação dos filiados no processo eleitoral interno aumentou 7,1% de 1999 para 2001, tendo, entretanto, se reduzido em 9 estados brasileiros;
- Que a aceitação do PT no eleitorado tem aumentado continuamente e que existe um amplo espaço para aumentar o número de filiados ao partido;

#### RESOLVE:

Aprovar a realização de uma ampla campanha de filiação no ano de 2002, tendo como meta atingir 400mil filiados recadastrados até 31/12/02.

A SORG Nacional definirá, em conjunto com as SORGs Estaduais, metas trimestrais para cada estado, em função de suas realidades específicas, submetendo o resultado periodicamente à análise do Diretório Nacional.

#### PED EXTRAORDINÁRIO

O XII Encontro Nacional do PT, considerando:

- Que informações dos Diretórios Estaduais davam conta da existência de 4.016 municípios com o PT organizado (DMS ou CPS) antes da realização do PED - Processo de Eleições Diretas;
- Que destes 4.016 municípios, 2.843 habilitaram-se a realizar o PED em 16/09/01;
- Que dos 2.843 municípios aptos, 2.504 elegeram seus Diretórios Municipais,

#### RESOLVE:

1. Definir como principal meta organizativa para 2002 atingir a marca de 3.500 Diretórios Municipais do PT organizados e legalizados em todo o Brasil, até 13/11/2002.

2. Para tanto, os Diretórios Estaduais deverão priorizar o trabalho de organização nos municípios que não elegeram seus Diretórios no PED 2001, bem como nos municípios já organizados, mas que não participaram das eleições.

#### ORGANIZAÇÃO DE BASE

O XII Encontro Nacional do PT, considerando:

- A necessidade de revitalizar os núcleos do partido, definir melhor a organização dos Diretórios Zonais e Diretórios Municipais, bem como identificar novas formas de organização de base buscando uma maior inserção do partido nos movimentos sociais,

#### RESOLVE:

Aprovar a realização em 2002 de uma conferência nacional de organização de base.

Esta conferência deve ser precedida de um amplo debate em todo o partido, sob a coordenação da SORG Nacional, realizando-se conferências estaduais e municipais.

Na preparação destas conferências serão utilizados os materiais produzidos pela Secretaria Nacional de Formação Política e pela Fundação Perseu Abramo: o vídeo “PT: passado e presente”, o caderno de formação e o CD-ROM “O PT faz história”.

#### REGULAMENTAÇÃO DAS MICRORREGIÕES NACIONAIS

O XII Encontro Nacional do PT, considerando a necessidade de regulamentar o funcionamento das Macrorregiões Nacionais,

#### RESOLVE:

Determinar a regulamentação das Microrregiões Nacionais até 30/06/2002, autorizando a Secretaria Nacional de Organização a realizar todos os encaminhamentos necessários à sua implementação.

#### RECADASTRAMENTO

O XII Encontro Nacional do PT considerando a necessidade de atualizar o cadastro de filiados do partido,

#### RESOLVE:

1. Realizar um RECADASTRAMENTO NACIONAL dos filiados ao partido, a ser encerrado em 30/06/2002.

2. Serão considerados automaticamente recadastrados os filiados que participam do Processo de Eleições Diretas e aqueles que já efetuaram o recadastramento através do formulário da Carteira Nacional de Filiação.

3. Deverá haver ampla divulgação do recadastramento, através de cartazes, matérias em jornais e publicação no Portal do PT utilizando-se, inclusive, sempre que possível, os espaços de publicidade gratuita no rádio e na TV;

4. Findo o prazo de recadastramento, os filiados que não se apresentarem terão sua filiação cancelada e seus nomes serão excluídos da relação oficial a ser encaminhada à Justiça Eleitoral.

## FINANÇAS PARTIDÁRIAS

### O XII Encontro Nacional do PT, considerando:

- Que os Diretórios, em todos os níveis, enfrentam dificuldades em receber as contribuições obrigatórias dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança;
- Que este fato compromete as finanças partidárias, havendo, inclusive, atraso no repasse às instâncias superiores, que são obrigadas a cobrar com insistência o cumprimento dos deveres dos diretórios de nível inferior;
- Que muitos diretórios recebem as contribuições e não efetuam o repasse no prazo estabelecido;

### RESOLVE:

Os filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança efetuarão sua contribuição financeira ao partido em uma conta-corrente única nacional, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, e os repasses aos Diretórios Estaduais e Municipais serão efetuados *automaticamente* pela própria instituição bancária, na seguinte proporção:

1. Em nível estadual: 90% para o Diretório Estadual correspondente, 90% para o Diretório Nacional;

2. Em nível municipal: 75% para o Diretório Municipal correspondente, 20% para o respectivo Diretório Estadual e 5% para o Diretório Nacional.

## ANEXOS

### Anexo 1

## RESOLUÇÃO SOBRE A ALCA

O XII ENCONTRO NACIONAL DO PT tomou conhecimento da resolução da Câmara dos Deputados de pedir a imediata suspensão das negociações da ALCA.

O XII ENCONTRO NACIONAL DO PT apóia esta decisão e orienta os militantes e parlamentares do partido a abrir uma campanha de moções de Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, sindicatos e personalidades de apoio à suspensão das negociações da ALCA.

Propõe que esta campanha seja levada ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre e à Sociedade Civil, culminando com a convocação de um plebiscito a respeito.

## ANEXO 2

### EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES. NÃO AO PROJETO DORNELLES

1. O governo Fernando Henrique, através do chamado “Projeto Dornelles”, pretende revogar direitos trabalhistas que os assalariados brasileiros levaram décadas para conquistar.
2. O PT posicionou-se frontalmente contra o Projeto Dornelles, pois ele representa, para milhões de trabalhadores, a eliminação de garantias mínimas ante a precarização e a brutal exploração do seu trabalho. Como se sabe, esta nova ofensiva de Fernando Henrique contra os assalariados brasileiros insere-se numa implacável cruzada internacional do neoliberalismo para desregular e liquidar direitos trabalhistas fundamentais.
3. Tratando como “imexíveis” os aspectos da CLT aqueles direitos básicos, elementares - ética e socialmente inquestionáveis da legislação trabalhista: o 13º salário, as férias remuneradas etc...
4. A posição da direção nacional e de bancada federal do PT, apoiada na resistência da CUT e de importantes movimentos grevistas, como o da previdência e das universidades, tem sido fundamental no combate ao projeto.
5. Aprovado na Câmara Federal, mediante violenta pressão do Planalto (o que gerou protesto até da própria base governista) e aliciamentos com recursos públicos, o projeto será votado pelo Senado em março de 2002. Fernando Henrique afirma, sem nenhum pudor, ter urgência em aprová-lo.
6. Como parte da campanha do PT e da CNT contra a supressão dos direitos dos trabalhadores, que agora o governo Fernando Henrique procura efetivar através da chamada “flexibilização” da CLT, é muito importante que os partidos, entidades representativas, movimentos sociais e militantes do campo democrático-popular articulem e realizem uma grande manifestação de massas por ocasião do Fórum

Social Mundial em Porto Alegre. Esse ato público expressará a junção do protesto dos trabalhadores brasileiros, com ampla presença popular, com a luta “antiglobalização” no mundo inteiro, representada pelos participantes do Fórum Social Mundial.

7. O XII Encontro Nacional do PT reitera a posição do partido, de luta intransigente contra o projeto e em defesa dos assalariados brasileiros. O Projeto Dornelles deve e pode ser barrado. Com este objetivo, o PT promoverá uma nova campanha de mobilização social e institucional, bem como apoiará as “JORNADAS DE LUTAS CONTRA AS ALTERAÇÕES NA CLT” programadas pela CUT nos próximos meses.

## ANEXO 2.1

### JORNADA DE LUTAS CONTRA AS ALTERAÇÕES NA CLT EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A Executiva Nacional da CUT, reunida nos dias 6 e 7 de dezembro de 2001, em São Paulo, considera a luta contra o Projeto de Lei nº 5.483/01 do Executivo Federal, que altera o artigo 618 da CLT, a maior prioridade do movimento sindical para o próximo período e, assim, declara que levará os trabalhadores organizados até as últimas conseqüências para fazer com que esta luta seja vitoriosa. Considera, portanto, necessário desencadear um movimento nacional, envolvendo e mobilizando todos os setores da sociedade brasileira, para impedir que o governo FHC acabe com os direitos trabalhistas fundamentais com as alterações propostas contidas no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados e que ainda será votado pelo Senado Federal. Para tanto convoca todas as entidades da base da nossa central para preparar uma greve geral de caráter sindical e popular a ser realizada até a primeira quinzena de março de 2002.

Solicita especial atenção de todas as entidades, dirigentes e militantes para as orientações e tarefas contidas no seguinte calendário:

**1. Ainda nesta semana** - Reunião com o conjunto das entidades que, junto com a CUT, se posicionaram contra o projeto que altera a CLT, com o objetivo de organizar a continuidade da campanha, elaborar um manifesto conjunto sobre a inconstitucionalidade do projeto do governo, agendar reunião com o presidente e os líderes do Senado, entre outros encaminhamentos.

**2. Durante as próximas semanas** - Os senadores deverão ser procurados nos Estados, em suas residências, nos escritórios políticos ou em outros lugares, para pressionar, cobrar posição e anunciar que a CUT fará uma grande campanha de denúncia dos que votarem pela retirada de direitos dos trabalhadores, a exemplo do que estamos fazendo com os deputados federais.

**3. Até a segunda quinzena de janeiro/2002** - As Estaduais da CUT e entidades nacionais filiadas e orgânicas deverão distribuir os cartazes e tablóides de denúncia dos deputados que votaram pelo projeto do governo, organizar o envio de mensagens aos senadores, cobrar o posicionamento das direções sindicais sobre a proposta de greve geral, entre outras iniciativas que mantenham o debate público sobre a ameaça aos direitos trabalhistas.

**4. De 31 de janeiro a 5 de fevereiro** - Durante a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, será realizada uma grande plenária sindical e popular reunindo, especialmente, os dirigentes e militantes da CUT presentes no Fórum para discutir e organizar a greve geral contra as mudanças no artigo 618 da CLT, indicada para a primeira quinzena de março de 2002.

**5. No período de 18 a 28 de fevereiro** - As Estaduais da CUT deverão organizar debates envolvendo o conjunto das categorias, as entidades da sociedade civil, especialmente as que compõem os Fóruns Estaduais de Luta, através de assembléias, plenárias, audiências públicas nas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas, entre outros espaços, para massificar as denúncias e buscar apoio à nossa luta, especialmente à greve geral.

**6. Outros encaminhamentos da Executiva Nacional da CUT** - a) a CUT apresentará uma denúncia contra o governo brasileiro, especialmente o ministro do Trabalho, na Organização Internacional do Trabalho – OIT; b) organizará, ainda antes do início do recesso parlamentar, uma reunião com os líderes da oposição para definir uma estratégia de atuação no Senado Federal durante a tramitação do projeto do governo naquela Casa; c) contatará intelectuais e personalidades de várias áreas de atuação para se pronunciarem publicamente sobre as mudanças na CLT; d) reunirá entidades representativas do conjunto dos servidores públicos, federais, estaduais e municipais, para discutir os impactos das alterações da CLT para o setor, além da importância do envolvimento dos trabalhadores do setor público na luta em defesa dos direitos que estão ameaçados; e) indicará às entidades e movimentos que defendem os direitos das mulheres a realização de uma marcha de trabalhadoras rurais e urbanas, a exemplo da “Marcha das Margaridas”, em defesa do direito à licença maternidade, atividade que deve integrar as manifestações de 8 de março de 2002, Dia Internacional da Mulher.